

## Relatório Anual BNDES, 2003

<http://www.bndes.gov.br/bibliotecadigital>

Relatório Anual 2003



17003993

Título: Relatório Anual BNDES.



17003993  
161100

Ex.2 v. 2003 BNDES COPED

BNDES

06 AGO 2009

COPED  
Pesquisas de  
Dados

7

mensagem do presidente

a economia brasileira

11

15

desempenho do BNDES

desempenho por área

19

57

desempenho econômico-financeiro

assuntos corporativos

61

65

perspectivas para 2004

anexos

69

## mensagem do presidente

O ano de 2003 marcou o reencontro do BNDES com suas origens de banco criado e orientado para ancorar o desenvolvimento brasileiro. Ao longo das décadas desde a sua criação, o BNDES foi o instrumento de sucessivos governos na saga de nosso processo de industrialização, primeiro como o banco do financiamento da infra-estrutura, depois como o banco da indústria de base e, em seguida, da indústria de bens de capital e de produtos intermediários. Cada nova fase consolidava a anterior e abria novas perspectivas. Foi graças sobretudo ao apoio do BNDES que se estruturou no Brasil um parque industrial capaz de atender grande parte da demanda interna e da crescente demanda de exportações.

A ação decisiva do setor público como pilar do financiamento da industrialização é anterior ao próprio BNDES. Surgiu com a criação da Carteira de Financiamento Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, num contexto em que praticamente não havia financiamento de longo prazo pelo sistema bancário privado. É evidente que, com a instituição de um agente público especializado na década de 1950, o processo ganhou em eficiência e abrangência. Em pouco tempo, o BNDES consolidou-se como a principal fonte e, à exceção dos fundos constitucionais, a mais barata de financiamento de longo prazo no Brasil, tornando-se grande não apenas pelos padrões brasileiros, mas também em relação aos padrões internacionais.

Na década de 1990, entretanto, ocorreu uma profunda inflexão na dinâmica do Banco, que, em face de orientação superior da política econômica, se desviou de suas atividades tradicionais de suporte ao setor produtivo novo para se tornar, prioritariamente, um gestor da transferência de ativos produtivos públicos para o setor privado, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização. O BNDES cumpriu disciplinadamente o seu papel, mas o papel que lhe foi atribuído estava em contradição com as suas finalidades legais e históricas. Com a nova orientação política derivada da eleição do presidente Luís Inácio Lula da Silva, esta Diretoria entendeu como sua tarefa prioritária redefinir a estratégia do Banco.

O novo desafio colocado para todo o governo passou a ser “desenvolvimento com inclusão social”. O BNDES entregou-se entusiasmado à tarefa de materializar essa orientação governamental a partir, antes de tudo, de uma ampla reestruturação interna que redefinisse prioridades e a elas ajustasse os seus mecanismos operacionais. A década de 1990 nos legou um banco de desenvolvimento que se tornava progressivamente um banco de investimento com estritos critérios de mercado. Nós nos colocamos como objetivo imediato restaurar plenamente o banco de desenvolvimento como braço operacional de políticas industriais, que também tiveram de ser recuperadas no novo contexto político.

A forma prática pela qual o BNDES trouxe ao nível operacional dos projetos analisados as novas diretrizes estratégicas consistiu em introduzir, ao lado e conjugado com o conceito de “risco”, o conceito de “prioridade”. Isso não representou qualquer relaxamento quanto à avaliação de risco dos projetos submetidos ao Banco, mas significou apenas que, na avaliação de dois ou mais projetos com igual nível de risco, a preferência recairá necessariamente sobre o que mais contribuir para o desenvolvimento com inclusão social. Nesse momento em que o país atravessa uma das



piores crises de desemprego da sua história, o BNDES torna-se, assim, um instrumento de inclusão, mediante o apoio aos projetos que mais possam gerar empregos.

A reestruturação interna, embora abrangente, não comprometeu as atividades operacionais do Banco, que, como se verá ao longo deste relatório, ultrapassou seu orçamento de liberações previsto para 2003 e realizou um lucro nominal recorde em sua história, com baixíssimos níveis de inadimplência. Essa é a mais cabal demonstração de que é perfeitamente possível conciliar a ênfase no desenvolvimento com inclusão social com as responsabilidades específicas de um banco público. E isso nos anima em relação ao futuro do BNDES e da economia do país, pois nos confirma a estratégia traçada, que não é apenas uma escolha política, mas um imperativo social no Brasil contemporâneo.

O ano de 2003 marcou também a superação de desafios específicos que colocaram em teste a capacidade administrativa e negociadora do BNDES diante de situações críticas. O maior deles foi a renegociação da dívida da AES, para dar fim a um processo de inadimplência disfarçada que vinha se arrastando desde o governo anterior, pondo em risco a governança de uma empresa de serviço público, a Eletropaulo, estratégica para o mais industrializado estado do país. O acordo foi bom para a empresa devedora, bom para o país e bom para o BNDES, estando ancorado num conjunto de garantias e salvaguardas que afasta completamente ou minimiza os riscos financeiros e de serviço no futuro.

A concretização do acordo foi exemplar também no que diz respeito à quebra do preconceito de que a tolerância por parte do BNDES diante da inadimplência de um grande grupo estrangeiro, que havia inexplicavelmente adquirido uma empresa pública com apoio do próprio Banco, era condição para a credibilidade externa brasileira diante de investidores internacionais. O desfecho da operação indicou que, diferentemente do esperado, salvo interesses financeiros ou políticos contrariados, o mercado internacional entendeu como perfeitamente razoável a atitude do Banco no sentido de tentar receber créditos de devedores inadimplentes.

O episódio da AES explicitou a precariedade do processo de privatização brasileiro tanto no setor elétrico como nos setores de telecomunicações e ferroviário, pois os critérios usados não foram capazes de resguardar efetivamente o interesse público. Não só se perdeu uma oportunidade única para modelar adequadamente esses setores, conciliando interesses de concessionários, usuários e sociedade em geral, mas também se adotaram mecanismos regulatórios frágeis, muitas vezes estabelecidos com a finalidade única de facilitar as vendas. Como consequência, um grande esforço tem sido feito para encontrar um ponto de equilíbrio justo na execução dos contratos realizados.

No campo operacional, o ano de 2003 marcou também, para o BNDES, o início da recuperação da indústria naval brasileira. Em articulação com a Petrobras, a grande demandante de empréstimos diretos e indiretos para aquisição de equipamentos navais destinados à exploração de petróleo no mar, foram criadas linhas especiais de financiamento e aprovados contratos que geraram milhares de novos empregos, recuperando uma vocação industrial brasileira que ficou praticamente esquecida em anos anteriores. A intenção do Banco é aprofundar o comprometimento com o desenvolvimento pleno desse setor, uma prioridade não só para criar empregos, mas também para aliviar o balanço de pagamentos e ampliar a geração de renda interna.

O BNDES manteve, como rubrica de alta prioridade, seu comprometimento com o financiamento das exportações brasileiras, refletindo a orientação governamental numa área estratégica para o desenvolvimento nacional. O financiamento às exportações, como se verá neste relatório, cresceu substancialmente. Esse ritmo deverá ser mantido nos próximos anos, tendo em vista o imperativo de se garantir, a médio prazo, um superávit comercial estrutural no balanço de pagamentos, fundamental para o equilíbrio das contas externas e para afrouxar os gargalos ao desenvolvimento econômico e social do país.

Em 2003, as operações com micro, pequenas e médias empresas, outra prioridade do BNDES, atingiram R\$ 10 bilhões, um crescimento de 20,2% em relação ao ano anterior. O volume de liberações para o segmento representou 32% do total de desembolsos.

Vencido, em 2003, o período de reestruturação e equacionadas as principais pendências herdadas do passado, o BNDES está preparado para dar continuidade à sua função histórica de eixo do desenvolvimento nacional, pois se encontra adequadamente capitalizado, com sua equipe profissional altamente qualificada e motivada, e consciente do papel central na estruturação da retomada do crescimento econômico com inclusão social que lhe conferiu o atual governo. Nesse sentido, pretende ser uma força mobilizadora tanto da nova política industrial anunciada pelo governo quanto do projeto das Parcerias Público-Privadas, atualmente em processo de aprovação pelo Congresso, abrindo novas e amplas perspectivas de desenvolvimento para o país.

**Carlos Lessa**

## a economia brasileira

Em 2003, o PIB brasileiro registrou uma queda real de 0,2% em comparação com 2002. Tendo em vista a projeção do IBGE de um crescimento populacional de 1,3% em 2003, o PIB *per capita* apresentou uma redução real de 1,5% em 2003. Para 2004, as projeções do mercado apontam para um crescimento do PIB entre 3% e 3,7%.

Considerando-se o desempenho dos diferentes componentes da demanda agregada, destacou-se a redução de 6,6% na formação bruta de capital fixo, que representa a taxa de investimento da economia, e de 3,3% no consumo das famílias. Esses desempenhos negativos foram compensados pela evolução extremamente favorável das exportações de bens e serviços, que apresentaram um crescimento de 14,2% no período (14,8% nas vendas externas de bens e 10,9% nas de serviços).

Ainda que a médio e longo prazos a geração de emprego e renda no Brasil dependa em grande medida da evolução da demanda interna tendo em vista as dimensões continentais do país, não se deve menosprezar o papel suplementar que as exportações podem exercer no sentido de sustentação da demanda agregada em momentos de crescimento insuficiente do consumo e do investimento, além de serem, sempre, fundamentais para a geração de divisas para o país.

Em termos setoriais, a agropecuária foi o segmento de melhor resultado em 2003, com crescimento real de 5%. O setor de serviços, por sua vez, manteve-se praticamente constante, com redução de 0,1% e destaque para a queda de 2,6% no comércio. O PIB da indústria sofreu retração de 1%, liderada pela contração de 8,6% na construção civil. Em 2004, as previsões de mercado apontam para a manutenção do bom desempenho agropecuário, com expansão em torno de 5%, e para a recuperação da indústria, que deve atingir entre 3,4% e 5,2% de crescimento real.

Os dados do IBGE mostram que a produção industrial brasileira, embora se mantivesse estável no primeiro semestre de 2003, entre agosto e dezembro experimentou uma recuperação significativa, acumulando expansão de 5,3%. Os segmentos de bens de capital e bens de consumo duráveis registraram incrementos expressivos de, respectivamente, 13,6% e 11,2%, impulsionados, em grande medida, pelas exportações.

A inflação anual – medida pelo IPCA – foi de 9,3%, acima da média ajustada de 8,5%. Nos primeiros meses de 2003, os índices mensais superaram um dígito, mas ao longo do ano a política econômica adotada pelo governo contribuiu para a melhoria de diversos indicadores macroeconômicos, como o risco-país e a taxa de câmbio, refletindo-se também em taxas mensais de inflação abaixo de 0,5% ao final do ano.

Quanto às contas públicas, o desempenho favorável prosseguiu em 2003. Em relação ao resultado primário, houve um superávit de 4,32% do PIB, superior aos 3,89% registrados em 2002, em consequência de um significativo esforço fiscal empreendido por todas as esferas de governo. Sem considerar a desvalorização cambial, o déficit público nominal ficou em 5,16% em 2003. As projeções para 2004 indicam que a meta fiscal de 4,25% do PIB deve ser cumprida.



## Brasil: Principais Indicadores Macroeconômicos – 1998/2003

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
PIB (US\$ bilhões) <sup>a</sup>	787,9	531,1	594,2	516,1	458,5	493,2
Renda <i>Per Capita</i> (US\$) <sup>a</sup>	4.755,0	3.163,0	3.492,0	3.016,0	2.590,0	2.922,0
População (milhões de habitantes)	165,7	167,9	170,1	172,4	174,6	176,9
População Urbana (% do total)	78,4	78,4	81,2	81,2	82,4	-
Crescimento da População (%)	1,36	1,34	1,33	1,32	1,30	1,28
Taxa de Desemprego (% da população economicamente ativa)	7,6	7,6	7,1	6,2	11,7	12,3
Inflação (IGP-DI) em 12 Meses (%)	1,7	20,0	9,8	10,4	26,4	7,5
Taxa de Crescimento Real do PIB (%)	0,1	0,8	4,4	1,5	1,9	(0,2)
Indústria	(1,0)	(2,5)	4,9	(0,6)	2,6	(1,0)
Agricultura	1,3	8,0	3,0	5,1	5,5	5,0
Serviços	1,4	(3,2)	3,7	2,5	1,6	(0,1)
Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)	19,8	18,1	18,9	19,2	18,3	-
Receitas Fiscais - Contas Nacionais (% do PIB)	29,3	31,1	31,6	33,4	34,9	-
Necessidades de Financiamento do Setor Público (% do PIB) <sup>b</sup>						
Nominais	7,5	5,9	3,7	3,6	3,3	5,2
Primárias	-	(3,2)	(3,5)	(3,7)	(3,9)	(4,4)
Balança Comercial (US\$ bilhões FOB)						
Exportações	51,1	48,0	55,1	58,2	60,4	73,1
Importações	57,7	49,3	55,8	55,6	47,2	48,3
Saldo	(6,6)	(1,3)	(0,7)	2,6	13,1	24,8

Fontes: IBGE, FGV, Bacen, Secex/MDIC e SRF/MF.

<sup>a</sup> Baseado na taxa média de câmbio de cada ano.<sup>b</sup> Refletem as percentagens dos fluxos em relação ao PIB, ambos a preços do último mês do período; deflator: IGP-DI; (-) = superávit.

## desempenho do BNDES

Os desembolsos do BNDES em 2003 chegaram a R\$ 33 bilhões, desempenho 6% superior aos R\$ 31 bilhões de 2002. As liberações totais atingiram R\$ 35,1 bilhões, considerados os recursos extraordinários desembolsados no âmbito do Programa Emergencial de Energia Elétrica (R\$ 1,8 bilhão) – repassados pelo Tesouro Nacional – e do Programa FAT Exportação (R\$ 177 milhões), que em 2002 foram de, respectivamente, R\$ 6 bilhões e R\$ 1,1 bilhão.

Os financiamentos de longo prazo destinam-se à implantação, ampliação e modernização de empreendimentos, contribuindo para o crescimento econômico, a criação de empregos, a geração de renda e o aumento das exportações.

### BNDES: Evolução dos Desembolsos Anuais – 1999/2003 (Em R\$ Milhões)

Ano	Financiamento e Participação	Mercado Secundário	Desembolso Total
1999	18.052	1.923	19.975
2000	23.046	347	23.393
2001	25.217	462	25.678
2002	37.419	733	38.153
2003	33.534	1.554	35.087

O desempenho positivo também se verifica nos enquadramentos, aprovações e cartas-consulta. Os enquadramentos e aprovações demonstram o empenho do BNDES em apoiar novos financiamentos para dinamizar a economia do país, enquanto as cartas-consulta indicam a disposição do empresariado em realizar investimentos, funcionando como um indicativo do nível de confiança no futuro econômico do país. Em 2003, os enquadramentos atingiram R\$ 38,8 bilhões (crescimento de 34% em relação a 2002), as aprovações foram de R\$ 38 bilhões (volume 17% maior que no ano anterior) e as cartas-consulta totalizaram um volume de pedidos de R\$ 42,9 bilhões (14% superior ao de 2002).

### BNDES: Desembolsos por Setor – 2002/03 (Em R\$ Bilhões)

Setor	2002	2003	Varição (%)
Agropecuária	4,5	4,6	2
Indústria	17,4	16,1	-8
Infra-Estrutura	13,0	10,0	-23
Comércio e Serviços	2,1	2,5	17
Educação e Saúde	0,4	0,4	-11
<b>Subtotal</b>	<b>37,4</b>	<b>33,5</b>	<b>-10</b>
Mercado Secundário	0,7	1,6	113
<b>Total</b>	<b>38,1</b>	<b>35,1</b>	<b>-8</b>

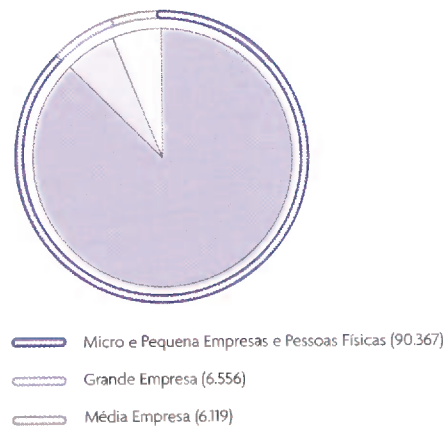
Em 2003, o aumento expressivo dos desembolsos do BNDES deveu-se, entre outros fatores, ao crescimento das liberações para as micro, pequenas e médias empresas, que chegaram a R\$ 10 bilhões, com crescimento de 20,2% em relação ao ano anterior. O volume dessas liberações representou 32% do total desembolsado, tendo sido realizadas 103.042 operações, das quais 96.486 (94%) com pessoas físicas e micro, pequenas e médias empresas.

Cerca de 55% do valor desembolsado em 2003 foram liberados por meio das instituições financeiras credenciadas como repassadoras dos recursos do BNDES, destacando-se o Bradesco (R\$ 2 bilhões), o Banco do Brasil (R\$ 1,7 bilhão), o Unibanco (R\$ 1,4 bilhão) e o Banco Safra (R\$ 1,2 bilhão). Essa parceria com instituições financeiras permite que a ação financiadora do BNDES possa ser estendida a todo o território nacional, proporcionando a empresas de menor porte, que necessitem realizar novos investimentos, o acesso aos seus financiamentos.

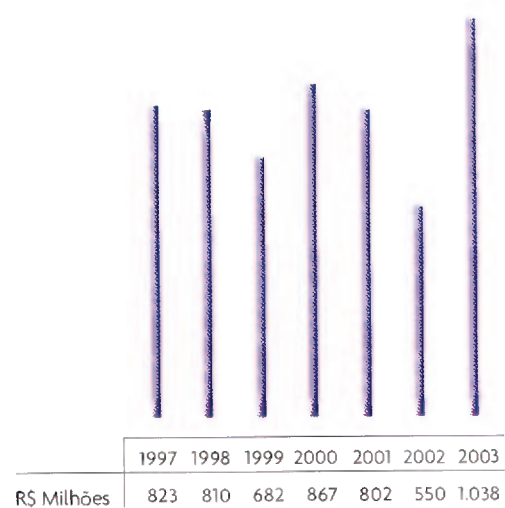
Os desembolsos do BNDES para a compra de máquinas e equipamentos, no âmbito do Programa FINAME, somaram R\$ 5,3 bilhões em 2003, desempenho 33% superior ao de 2002, quando haviam atingido R\$ 3,9 bilhões. Essa modalidade de financiamento é instrumento para a ampliação e modernização de empreendimentos industriais e comerciais, contribuindo para o crescimento econômico, a criação de empregos, a geração de renda e o aumento das exportações. Houve crescimento de 8% nos recursos desembolsados para apoio às exportações, chegando a US\$ 3,9 bilhões em 2003.

O BNDES apresentou resultado positivo de R\$ 1,038 bilhão em 2003, maior lucro nominal de sua história e 89% superior ao obtido em 2002.

BNDES: Número de Operações Realizadas – 2003



BNDES: Evolução do Lucro Líquido Anual – 1997/2003



O patrimônio líquido totalizou R\$ 12,8 bilhões, relativamente aos R\$ 12,3 bilhões em 2002. Houve rentabilidade de 8,2% sobre o patrimônio líquido médio, índice que em 2002 havia sido de 4,5%.

### **Ações para a Retomada do Crescimento em 2004**

O BNDES estabeleceu para 2004 um conjunto de iniciativas a serem realizadas no sentido de contribuir para a retomada do crescimento, superar os gargalos que impedem o desenvolvimento e promover a inclusão social. Para enfrentar esses desafios, estão previstos desembolsos de R\$ 47,3 bilhões, 43% acima do realizado em 2003, com crescimento de 89% nos financiamentos ao setor de infra-estrutura, de 24% ao setor agrícola e de 28% ao setor industrial. As operações com os setores de educação e saúde deverão crescer 80%.

Pretende-se aumentar o apoio a micro, pequenas e médias empresas, com atenção especial para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais. Os esforços para promover a retomada do crescimento econômico tornarão indispensável mobilizar o setor privado, por meio de parcerias público-privadas (PPPs). Em consonância com as prioridades do governo federal, o BNDES participará da integração sul-americana e do fortalecimento das empresas brasileiras no cenário internacional.



## desempenho por área

Em 2003, as ações do BNDES retomam a sua vocação como agente do desenvolvimento do país, dando prioridade à inclusão social e à redução das desigualdades entre os brasileiros. Seguindo essa linha de orientação, as diretrizes para a sua atuação definem também as iniciativas em busca da sustentabilidade do crescimento econômico, do fortalecimento da soberania nacional e da integração econômica com os países da América do Sul.

Para alcançar esses objetivos, o BNDES tem quatro grandes linhas de atuação interligadas: a inclusão social; a recuperação e o desenvolvimento da infra-estrutura nacional; a modernização e a ampliação da estrutura produtiva; e a promoção das exportações. Como a primeira dessas linhas, a inclusão social, permeia todas as demais, a concessão de crédito para as empresas estabelece estímulos visando ampliar os efeitos sociais dos empreendimentos.

### Infra-Estrutura

#### Setor Elétrico

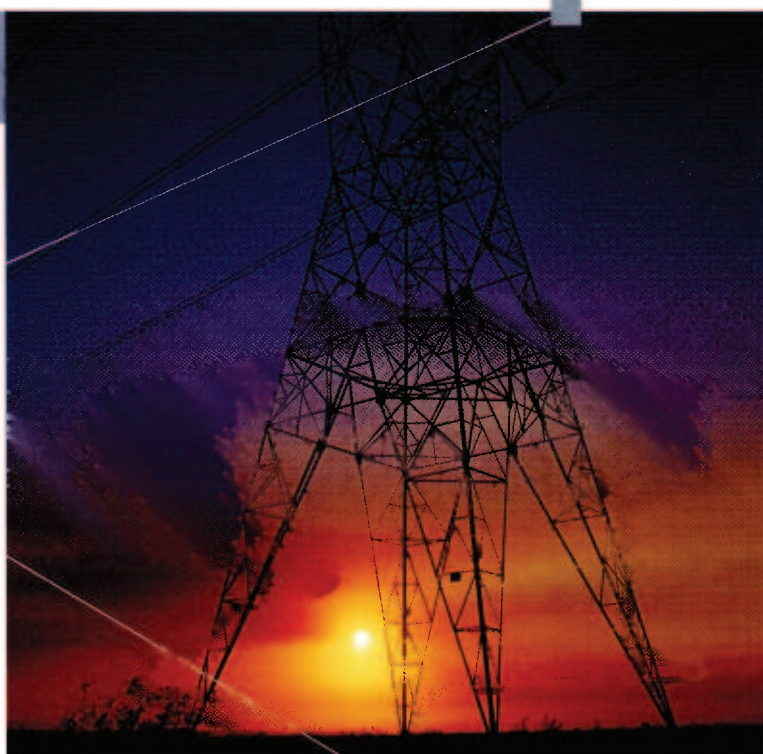
O setor elétrico brasileiro, no que diz respeito à sua base hídrica, é um dos maiores e tecnicamente mais eficientes do mundo. A capacidade instalada atual é de 86,9 GW. O Plano Decenal de Expansão 2003/2012 prevê, para o cenário de referência, um crescimento anual de 3.700 MW da capacidade instalada, até alcançar o nível de 120 GW em 2012. A base da geração é essencialmente hidrelétrica: há 344 empreendimentos em operação, que respondem por 77,8% da capacidade instalada. O segmento de transmissão opera atualmente com 72.427 km de linhas, sendo os consumidores finais atendidos por um conjunto de 64 distribuidoras. Em 2003, o consumo de energia elétrica alcançou 300,6 TWh, crescendo 3,7% em relação a 2002.

Em 2003, os financiamentos aprovados pelo BNDES para projetos do setor elétrico alcançaram a cifra de R\$ 5,5 bilhões, distribuídos em R\$ 4,2 bilhões para unidades hidrelétricas, R\$ 823 milhões para linhas de transmissão e R\$ 529 milhões para usinas termelétricas. Em termos de expansão da capacidade instalada, foram aprovados financiamentos que representam uma adição de 7.450 MW ao parque gerador de fonte hídrica.

O BNDES também participou da implementação dos programas emergenciais de governo destinados à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro das empresas do setor (CVA e MAE – 2ª tranche). Em uma linha mais estrutural, criou o Programa de Apoio à Capitalização das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica, que incentiva a melhoria do perfil das dívidas bancárias dessas empresas juntamente com a adoção de práticas adequadas de governança corporativa. Também participou das discussões envolvendo o desenho do novo modelo institucional do setor elétrico e a definição das condições do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

#### Programa CVA

Em 18 de agosto de 2003 foi criado o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (CVA), com o objetivo de suprir a insuficiência de recursos das distribuidoras decorrente do adiamento de reajuste tarifário destinado a compensar as variações nos custos não gerenciáveis (Parcela A) das empresas ocorridas desde o reajuste tarifário de 2002.



Foram aprovadas 15 operações de financiamento no montante de R\$ 1,3 bilhão e desembolsados R\$ 467,5 milhões. A partir de repasse de recursos do Tesouro Nacional, o Programa CVA deverá abranger mais de 30 distribuidoras de energia, com desembolso total de cerca de R\$ 2,3 bilhões.

#### **Programa MAE – 2ª Tranche**

O BNDES aprovou, em 18 de novembro de 2002, o Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Geração de Energia Elétrica e Produtores Independentes de Energia Elétrica, destinado a suprir parte da insuficiência de recursos das empresas decorrente da obrigatoriedade de pagamento da energia livre (MAE) a elas alocada durante a vigência do racionamento de energia.

Em 2003, foram aprovadas oito operações de financiamento a geradoras, em montante equivalente a 50% (2ª tranche) de suas obrigações decorrentes da compra de energia livre no MAE, quando foram desembolsados recursos totais da ordem de R\$ 1,3 bilhão para oito empresas.

#### **Programa de Apoio à Capitalização das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica**

Criado em 18 de agosto de 2003, prevendo recursos de R\$ 6 bilhões, seu objetivo é adequar o perfil econômico-financeiro das empresas de distribuição de energia elétrica como contrapartida da renegociação de suas obrigações de curto prazo junto aos bancos credores e torná-las aptas a realizar investimentos decorrentes das obrigações relativas aos termos das concessões. O maior comprometimento dos acionistas insere-se no programa pela participação de capital próprio em 20% do valor total de cada operação e pela exigência de registro de companhia aberta e de práticas diferenciadas de governança corporativa. Nesse contexto, o programa de capitalização exerce efeito favorável nas expectativas do mercado, já que sinaliza um comprometimento do BNDES e dos agentes na recuperação econômico-financeira do setor de distribuição de energia elétrica.

#### **Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa)**

O ano de 2003 foi marcado também pela atuação conjunta entre o BNDES, o Ministério de Minas e Energia (MME) e a Eletrobrás na discussão das condições do Proinfa, criado em abril de 2002

com o objetivo de diversificar a matriz energética e buscar soluções de cunho regional, aumentando a participação da energia elétrica gerada a partir de fontes renováveis em unidades de produção baseadas em biomassa, energia eólica e pequena central hidrelétrica (PCH), no Sistema Interligado Nacional (SIN). O Proinfa terá duas fases com procedimentos distintos, sendo que na primeira, a ser realizada em 2004, está prevista a contratação de 3.300 MW de potência instalada.

### Projetos de Geração

Em 2003, os desembolsos para a geração de energia chegaram a R\$ 1,23 bilhão. Houve ainda a aprovação de financiamentos para duas PCHs, tendo as liberações de recursos para PCHs atingido R\$ 82 milhões.

Foram aprovados financiamentos para 13 usinas hidrelétricas (UHE), que responderão por um acréscimo de 7.450 MW na potência instalada, cuja implantação se dará até 2007. Os investimentos totais são de R\$ 10,6 bilhões, dos quais R\$ 4,2 bilhões financiados pelo BNDES.

**UHE de Tucuruí** – A expansão da usina no rio Tocantins (Estado do Pará) foi o principal projeto aprovado no setor de energia elétrica no ano. O investimento total é de R\$ 3,88 bilhões, dos quais o BNDES financia R\$ 931 milhões. A energia será gerada por meio da implantação de mais 11 unidades geradoras (375 MW cada uma), proporcionando uma capacidade adicional de 4.125 MW, que, agregada aos 4.245 MW construídos na primeira fase, resultará em uma capacidade instalada total de 8.370 MW. As obras de expansão foram iniciadas em julho de 1998, mas só em 2003 três novas turbinas começaram a gerar energia, sendo que a última entrará em operação em 2006. A UHE de Tucuruí pertence à estatal Eletronorte, do Grupo Eletrobrás.

**Complexo Energético Rio das Antas (Ceran)** – O empreendimento envolve a implantação no rio das Antas (Rio Grande do Sul) de três usinas (UHE Monte Claro, de 130 MW, UHE Castro Alves, de 130 MW, e UHE 14 de Julho, de 100 MW), propiciando uma potência instalada total de 360 MW. Já foram iniciadas as obras das duas primeiras e a terceira deverá ser iniciada em maio de 2004, com a entrada em operação devendo ocorrer, respectivamente, em outubro de 2004, setembro de 2006 e janeiro de 2007. O investimento total é de R\$ 658 milhões, dos quais R\$ 435,8 milhões financiados pelo BNDES. Os investidores são a CPFL Geração, a CEEE e a Desenvix.

**UHE Barra Grande** – Localizada no rio Pelotas, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, terá uma capacidade instalada de 690 MW. A primeira unidade deve entrar em operação em novembro de 2005 e a última em maio de 2006, com investimento total de R\$ 1,37 bilhão e financiamento do BNDES de R\$ 460,6 milhões. Os investidores são a Alcoa Alumínio, a CPFL Geração, a Companhia Brasileira de Alumínio, a Camargo Correa Cimentos e a DME Energética.

**UHE Campos Novos** – Situada no rio Canoas, em Santa Catarina, terá capacidade instalada de 880 MW. A primeira unidade geradora deverá entrar em operação em janeiro de 2006 e a última em julho de 2006, com investimento total de R\$ 1,3 bilhão e financiamento do BNDES de R\$ 619,9 milhões. Os investidores são a CPFL Geração, a Companhia Brasileira de Alumínio, a Companhia Níquel Tocantins, a CEEE e a Celesc.

**UHE Peixe Angical** – Em construção no rio Tocantins (Estado de Tocantins), terá uma potência instalada de 452 MW associada a um sistema de transmissão com 110 km de extensão, interligando a usina à subestação de Gurupi (Tocantins), integrante do sistema de transmissão norte-sul. O investimento total é de R\$ 1,32 bilhão, sendo o financiamento do BNDES de R\$ 670 milhões. Os investidores são o grupo português EDP e Furnas Centrais Elétricas.

**Complexo Energético Capim Branco** – Implantação das UHEs Capim Branco I e II, com potência instalada de 240 MW e 210 MW, respectivamente, localizadas no rio Araguari (Estado de Minas Gerais). O investimento total é de R\$ 911,8 milhões, sendo R\$ 199,4 milhões financiados pelo BNDES. Os investidores são a Comercial e Agrícola Paineiras Ltda. e a Companhia Mineira de Metais, que, com a CVRD e a Cemig, compõem o Consórcio Capim Branco Energia.



**UHE Corumbá IV** – Localizada no rio Corumbá, município de Luziânia (Goiás), proporcionará 127 MW de potência instalada, com investimento total de R\$ 450 milhões e financiamento do BNDES de R\$ 272,1 milhões. O grupo controlador é composto pelas empresas Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia, Companhia Energética de Brasília (CEB) e C&M Engenharia Ltda. A execução da barragem vai permitir que parte da água do lago venha a ser utilizada no abastecimento da região em torno do Distrito Federal.

#### Projetos de Transmissão

Foram financiadas quatro novas linhas de transmissão (LT) de energia, que agregaram 1.845 km à rede brasileira. Os investimentos nesse segmento totalizaram R\$ 1,5 bilhão, tendo o BNDES financiado R\$ 823 milhões, dos quais R\$ 417,3 milhões desembolsados em 2003.

**LT Norte-Sul II** – Implantada pela Novatrans Energia S.A., empresa controlada pelo grupo estatal italiano Enel, com 1.278 km de extensão, interligará as subestações de Imperatriz (Maranhão) e Samambaia (Distrito Federal) e possibilitará o transporte de energia a uma potência de até 1.200 MW, duplicando a capacidade de transmissão entre os subsistemas das regiões Norte e Centro-Sul do país, o que equivale a cerca de 30% da atual potência instalada da UHE de Tucuruí. Sua implantação exigirá um investimento total de R\$ 1,1 bilhão, para o qual foi aprovado financiamento do BNDES de R\$ 551 milhões.

**LT Xingó** – Aprovado o apoio à LT Xingó (Sergipe)–Angelim (Pernambuco)–Campina Grande (Paraíba), com extensão de 193 km, que será implantada pela Nordeste Transmissora de Energia S.A. (NTE), empresa controlada pelos grupos espanhóis Abengoa e Dragados, e terá um investimento total de R\$ 340,9 milhões, com financiamento do BNDES de R\$ 338,7 milhões.

Outros importantes investidores são os grupos nacionais Schahin e Alusa, que formam um consórcio que controla cinco linhas de transmissão, quatro delas na região Norte, tendo sido desembolsados R\$ 45,6 milhões para a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia (Eate), aplicados na linha de transmissão que constitui o terceiro circuito de interligação da Usina de Tucuruí com a região Nordeste. Além disso, foram iniciadas as análises de financiamento à linha de transmissão que formará o quarto circuito de interligação desse mesmo trecho, pertencente à Empresa Norte de Transmissão de Energia (Ente), e à que melhorará o fornecimento de energia para a região metropolitana de Belém (Pará), pertencente à Empresa Regional de Transmissão de Energia (Erte).

#### Projetos de Distribuição

O ano de 2003 marcou a retomada dos financiamentos do BNDES a projetos do segmento de distribuição de energia, sem demanda desde a crise de racionamento de 2001.

**Companhia Energética do Ceará (Coelce)** – Investimentos em expansão de distribuição de energia para a melhoria operacional e a modernização dos serviços da empresa, associada ao grupo espanhol Endesa, no valor total de R\$ 260 milhões, sendo o financiamento do BNDES de R\$ 145 milhões.

#### Negociação Estratégica com o Grupo AES

A negociação final com o Grupo AES consistiu numa operação internacional complexa, de que resultou um contrato geral com a interveniência de cerca de 40 empresas, além dos signatários principais, BNDES e AES.

O processo de renegociação com a empresa, que durou 11 meses, foi coroado de êxito, ao evitar a degradação do suprimento de energia para São Paulo e ao preservá-la como empresa privada nacional, na qual a BNDESPAR, através de Acordo de Acionistas, passa a fazer parte do Grupo de Controle. Esse controle será exercido por meio de poderes de veto (nas decisões do Conselho de Administração) e de participações paritária (no Comitê de Gestão) e majoritária (no Conselho Fiscal). Essa estrutura de governança corporativa estende-se também às sociedades controladas, em especial às sociedades operacionais.



A reestruturação da dívida do Grupo AES consistiu em:

- transformação de metade da dívida em participação acionária em uma nova empresa, a Brasileira Energia, constituída em dezembro de 2003 com capital de US\$ 1,26 bilhão, ficando o BNDES com 50%, menos uma, das ações ordinárias com direito a voto, avaliadas em US\$ 600 milhões, e 100%, menos seis, das ações preferenciais sem direito a voto, avaliadas em US\$ 86 milhões;
- pagamento imediato de 7,5% da dívida (US\$ 90 milhões); e
- refinanciamento dos 42,5% restantes (US\$ 510 milhões), por subscrição integral de debêntures conversíveis em ações nominativas com direito a voto, com a obrigação de a Brasileira Energia utilizar a totalidade dos recebimentos de suas controladas para resgate antecipado dessas debêntures.

Os juros moratórios, da ordem de US\$ 194 milhões, foram objeto de assinatura de um novo contrato de confissão de dívida pela AES, que ficará obrigada a quitá-lo, caso não cumpra integralmente suas obrigações até o final do compromisso, prática bancária internacional e usual do BNDES em suas operações de renegociação.

#### **CPFL Energia S.A.**

Apoio ao aumento de capital da companhia controladora de investimentos em geração e distribuição de energia, dos sócios VBC Energia, 521 Participações (Previ-BB) e Bonaire (Petros, Sistel, Fundação Cesp, Sabesp), no valor de R\$ 300 milhões, por cessão de direitos desses acionistas, totalizando R\$ 1,55 bilhão. Esse aumento viabilizou o equilíbrio do fluxo de caixa no período 2003/04 e assegurou as condições para a continuidade dos investimentos na área de geração (Ceran e Campos Novos), destravando novas operações de crédito.

#### **Setor de Petróleo e Gás**

O país está próximo da auto-suficiência na produção de petróleo, sendo parte expressiva do óleo importado necessário para a produção de um mix compatível com o perfil das refinarias nacionais. A participação do petróleo nacional no total processado foi de 80%. As descobertas de óleo leve nacional, assim como os investimentos previstos na modernização do parque de refino, deverão elevar esse percentual nos próximos anos.

Em 2003, foram processados 583 milhões de barris nas refinarias brasileiras, indicando uma média de processamento da ordem de 1,6 milhão de barris/dia. Segundo informações da Petrobras, detentora de 98% do parque de unidades processadoras, a margem situou-se em US\$ 7,29/barril (valor 899% superior ao registrado em 2002), seguindo a tendência observada em nível mundial.

Com relação ao gás natural, a produção brasileira ainda é pequena (15,8 bilhões de m<sup>3</sup>/ano), o que coloca o país na condição de produtor marginal, respondendo por apenas 0,6% da produção mundial. No período 1995/2002 registrou-se uma taxa média de incremento de produção de 10,1% ao ano.

O crescimento da oferta acompanhou o comportamento do consumo interno, cuja taxa média de incremento foi de 16,1% ao ano no mesmo período, mostrando a existência de um processo de substituição de outras fontes de energia pelo gás natural. Os exemplos mais visíveis são os deslocamentos do óleo combustível nas indústrias e da gasolina no uso veicular. No segmento de distribuição, as vendas totalizaram 29,3 mil m<sup>3</sup>/dia, sendo fortemente concentradas nos Estados do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Bahia, que respondem por 70% do mercado.

A massificação do uso do gás natural no Brasil vem enfrentando um obstáculo crucial: a falta de capacidade de investimento da grande maioria das distribuidoras. O principal desafio é que, das 24 existentes no país, 19 são direta ou indiretamente controladas pelos governos estaduais e têm grande dificuldade de acesso a linhas de financiamento de longo prazo, em face das regras de contingenciamento do endividamento do setor público e também das dificuldades fiscais dos estados

para manter níveis adequados de capitalização e responder às exigências dos financiadores quanto à participação do capital próprio nos empreendimentos.

Em 2003, foram registradas descobertas expressivas de gás natural e petróleo, destacando-se as realizadas pela Petrobras nas bacias do Espírito Santo e de Sergipe/Alagoas, com a identificação de províncias produtoras de óleo leve de excelente qualidade (40° API), que apresenta maior valor no mercado e também responde por parte substancial das importações brasileiras. No segmento de gás natural e condensado, a principal descoberta ocorreu na bacia de Santos, triplicando as atuais reservas da Petrobras, o que poderá viabilizar uma rápida mudança na matriz energética brasileira, principalmente em função da proximidade da região produtora da principal área industrial do país.

Os financiamentos aprovados pelo BNDES em 2003 para projetos de geração termelétrica alcançaram R\$ 529 milhões, de um total investido de R\$ 2,3 bilhões. No âmbito do Proinfa, com investimentos de R\$ 189 milhões, foram financiados R\$ 139 milhões.

Os projetos de construção de embarcações de apoio à atividade de exploração de petróleo e de projetos de jumborização e modernização, com investimento total de R\$ 1,3 bilhão, obtiveram R\$ 1,1 bilhão de apoio financeiro do BNDES.

#### **Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp)**

O BNDES atua como coordenador setorial do Comitê da Indústria de Óleo e Gás no âmbito do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp), coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, que visa fazer com que as atividades de produção de petróleo e gás natural, transporte marítimo e dutoviário, refino e distribuição de derivados sejam uma oportunidade de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços, criando empregos e gerando riquezas e divisas para o Brasil. Seu principal objetivo é maximizar a participação da indústria nacional de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, na implantação de projetos de óleo e gás no país e no exterior.

#### **Principal Projeto de Gasoduto**

**Malhas Nordeste-Sudeste** – Investimentos em malhas de transporte de gás natural, expandindo os gasodutos das regiões Sudeste e Nordeste em 1.399 km, com investimentos de R\$ 3,1 bilhões e financiamento do BNDES de R\$ 830 milhões.

#### **Principais Projetos Elétricos**

**UTE Termopernambuco** – Termelétrica de gás natural de 523 MW, no complexo industrial de Porto de Suape, incluindo sistema de transmissão associado. Investimento de R\$ 1,1 bilhão e apoio financeiro do BNDES de R\$ 264 milhões.

**UTE Termo Norte** – Termelétrica de gás natural de 345 MW, em ciclo combinado. Investimento de R\$ 543 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 179 milhões.

**UTE Ibiritermo** – Termelétrica de gás natural de 226 MW, em ciclo combinado. Investimento de R\$ 623 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 86 milhões.

**Lages Bioenergética** – Implantação da usina de co-geração de energia através de resíduos de madeira, com capacidade de produção de 25 MW. Investimento de R\$ 70 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 49 milhões.

**Usina de Barra Grande** – Expansão da usina de co-geração de energia através do bagaço da cana, aumentando a capacidade para 59 MW. Investimento de R\$ 70 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 49 milhões.

**Goiasa Co-Geração de Cana** – Expansão da usina de co-geração de energia através do bagaço da cana, aumentando a capacidade para 36 MW com implantação de subestação e linha de transmissão. Investimento de R\$ 50 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 40 milhões.

### Principais Projetos de Embarcações de Apoio à Exploração de Petróleo

**BOS Navegação** – Construção, no Estaleiro Itajaí, de embarcações para operar na prestação de serviços de apoio à indústria de exploração e produção de petróleo *offshore*. Investimento de R\$ 224 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 202 milhões.

**Astromarítima Navegação** – Construção de dois rebocadores no Estaleiro Eisa, duas jumborizações no Estaleiro Transnave e uma embarcação AHTS no Estaleiro Promar. Investimento de R\$ 165 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 148 milhões.

**Norskan Offshore** – Aquisição de duas embarcações de apoio marítimo a serem construídas no Estaleiro Promar. Investimento de R\$ 95 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 87 milhões.

**Cia. Brasileira de Offshore** – Construção de uma embarcação para apoio à plataforma de exploração de petróleo a ser construída no Estaleiro Ebin. Investimento de R\$ 103 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 75 milhões.

**BOS Navegação** – Construção de uma embarcação para apoio à plataforma de exploração de petróleo a ser construída no Estaleiro Itajaí. Investimento de R\$ 82 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 74 milhões.

**Sealion do Brasil Navegação** – Construção de uma embarcação para apoio à plataforma de exploração de petróleo a ser construída no Estaleiro Itajaí. Investimento de R\$ 64 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 58 milhões.

**Saveiros Camuyranos Serviços Marítimos** – Construção de cinco embarcações tipo rebocador portuário no Estaleiro Wilson Sons. Investimento de R\$ 65 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 55 milhões.

**Superpesa Cia. de Transportes Especiais e Intermodais** – Construção de dois rebocadores manuseadores de espas e um navio de suprimento de plataformas no Estaleiro Transnave. Investimento de R\$ 58 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 52 milhões.

**Estaleiro Promar** – Construção de quatro embarcações para empresas de navegação. Investimento de R\$ 138 milhões e apoio financeiro do BNDES de R\$ 50 milhões.

### Setor de Telecomunicações

#### Telefonia Fixa

A infra-estrutura básica de telefonia fixa no Brasil, relativa à extensão da rede e ao número de acessos, já pode ser considerada concluída desde 2002. Os investimentos realizados daqui para frente serão mais seletivos, voltados para a qualidade e a atualização tecnológica da rede, com o objetivo principal de reduzir o custo de manutenção e oferecer novos serviços, tais como a comunicação de dados em alta velocidade.

Com a estagnação do crescimento do número de assinantes, a estratégia das operadoras de telefonia fixa é, portanto, a de ampliar os serviços ofertados (telefonias fixa e celular, longa distância nacional e internacional, comunicação de dados em banda larga, provedor de internet, *call-center*, *data-center*), buscando oferecer pacotes completos de serviços de telecomunicações, além de aumentar a cobertura geográfica.

#### Competição

A participação de mercado das incumbentes é superior a 95%. As empresas-espelho têm encontrado dificuldades de se firmar, em função do preço dos terminais na tecnologia *wireless local loop* (WLL)



e da indisponibilidade de serviços agregados, como internet. Hoje, elas sobrevivem com estratégias de nicho, focadas em usuários corporativos.

As empresas “espelhinho”, que deveriam cobrir as áreas não contempladas pelos planos de cobertura das empresas-espelho, não lograram êxito, o que também diminui o grau de competição. Tal fato se deve principalmente ao perfil de renda dos assinantes localizados em tais áreas, o que gera baixo retorno ao investimento.

A competição tem se dado pelo crescimento do uso da telefonia celular, fato comprovado pela redução das ligações fixo-móvel, face ao forte crescimento das ligações móvel-móvel.

### Telefonia Móvel

Na telefonia móvel, também foram feitos grandes investimentos desde a privatização, e o crescimento do número de assinantes foi exponencial, tendo o segmento fechado 2003 com aproximadamente 46 milhões de usuários e apresentando ainda um grande potencial de crescimento. A tendência internacional é de que esse crescimento seja bem maior do que o da telefonia fixa, considerada num estágio de maturidade e estagnação. Já o crescimento esperado da receita deverá ocorrer não só pelo aumento do número de clientes, mas também pela elevação da receita média por usuário, devido aos novos serviços de comunicação de dados, como o acesso rápido à internet.

### Competição e Consolidação

Na telefonia móvel, a concorrência é muito acirrada. A tecnologia e os ganhos de escala são os principais vetores da competição.

Há cinco operadoras potenciais em cada região, cada uma ocupando as bandas de frequência disponíveis (bandas A, B, C, D e E), com um forte movimento de consolidação, incluindo os segmentos de telefonia fixa e móvel, resultando na formação de cinco grandes grupos: Telemar/Oi, Telefônica/Vivo, Brasil Telecom/Telemig Celular, TIM/Telecom Italia e Telecom Américas/Claro, além de algumas operadoras independentes, como Embratel, GVT e Algar, entre outras. Ser grande nesse segmento significa maior poder de negociação com os fornecedores de equipamento de rede e terminais, redução de custos de faturamento e de campanhas publicitárias, acesso privilegiado a recursos no mercado de capitais etc.

A atuação do BNDES no setor tem como principal objetivo garantir encomendas para a indústria localizada no Brasil, pois é estratégico o desenvolvimento de tecnologia de ponta nacional. Num mercado interno desenvolvido, com escala suficiente, a indústria pode alcançar níveis de produtividade que viabilizem as exportações, maximizando a geração de empregos locais e reduzindo o déficit na balança comercial do setor.

O BNDES também acompanha e administra uma carteira de contratos de financiamento a empresas do setor, cujo montante é de cerca de R\$ 8 bilhões, possuindo, além disso, participações acionárias no valor contábil total de cerca de R\$ 1,9 bilhão.

### Principais Projetos

**Telemar** – Modernização e expansão das redes de telefonia fixa e móvel de banda larga. Investimento total de R\$ 2,8 bilhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 520 milhões.

**Global Telecom** – Modernização e expansão das redes de telefonia fixa e móvel de banda larga. Investimento total de R\$ 591 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 110 milhões.

**Grupo Sílvio Santos** – Modernização e investimentos nas áreas de organização empresarial e estratégica e de tecnologia de informação. Investimento total de R\$ 41 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 14 milhões.



## Logística

Conceitualmente, o desenvolvimento da logística vai muito além do financiamento da infra-estrutura de transporte, incluindo também o da cadeia de distribuição, que envolve as atividades de fornecimento, armazenagem e transbordo de cargas e os sistemas de informações associados. Nesse contexto, o BNDES apóia investimentos em centros de distribuição e terminais de movimentação de cargas, sejam rodoviários, rodoferroviários, hidroviários ou portuários. Foram financiados operadores logísticos na implantação de centros de distribuição e terminais de transbordo de cargas.

Em 2003, o apoio do BNDES objetivou a recuperação e a expansão da infra-estrutura logística nacional, incentivando a maior integração entre os diversos modais de transporte e o desenvolvimento dos sistemas logísticos integrados.

### Transporte Ferroviário e Rodoviário

No transporte ferroviário de cargas, os esforços concentraram-se na ampliação da capacidade de transporte e na melhoria da eficiência do sistema, de modo a aumentar a inserção do setor na matriz modal brasileira. Esta se traduz na segunda etapa de apoio do BNDES ao sistema, já que a primeira consistiu na recuperação e modernização do sistema concedido, ainda não totalmente finalizada. Como alternativa para elevar os investimentos no setor, o Banco vem analisando a possibilidade de conceder financiamentos aos clientes das ferrovias na aquisição de frota.

No transporte rodoviário, a ação do BNDES buscou a modernização da malha, sendo que os programas de concessões rodoviárias federal e estaduais destacam-se como um instrumento de melhoria e ampliação das rodovias e de geração de empregos. As rodovias concedidas atendem aos principais corredores de acesso aos mais importantes portos brasileiros.

### Transporte Aeroviário

Com relação ao transporte aeroviário, o BNDES apoiou a consolidação do setor de aviação civil, tendo participado, juntamente com o Departamento de Aviação Civil (DAC), da definição das bases de um novo marco regulatório. Essa reestruturação visa à redução de custos sistêmicos, ao aumento da rentabilidade setorial, ao atendimento aos usuários (universalização) e ao estabelecimento de preços competitivos.

### Portos

Relativamente ao sistema de portos brasileiros, o apoio do BNDES buscou dar continuidade ao desenvolvimento e aparelhamento dos terminais na superestrutura portuária: ampliação de cais e pátio de armazenamento, construção de edificações operacionais e aquisição de equipamentos de movimentação de cargas.

### Principais Projetos

**América Latina Logística do Brasil** – Modernização da malha ferroviária no Sul. Investimento total de R\$ 297 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 100 milhões (operação aprovada em 2002 e reestruturada em 2003).

**Companhia Ferroviária do Nordeste (CFN)** – Modernização da malha ferroviária no Nordeste. Investimento total de R\$ 100 milhões financiado pelo BNDES.

**Concer – Rodoviária Rio-Juiz de Fora** – Recuperação e ampliação de rodovia. Investimento total de R\$ 112 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 42 milhões.

**Rota 116** – Recuperação e ampliação de rodovia. Investimento total de R\$ 81 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 28 milhões.

**Cia. Auxiliar (Coopersucar)** – Construção de terminal logístico. Investimento total de R\$ 79 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 56 milhões.

**TCP (Terminal de Contêineres)** – Construção de terminal logístico. Investimento total de R\$ 43 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 22 milhões.

**Navegação Guarita** – Construção de terminal logístico. Investimento total de R\$ 43 milhões e valor apoiado pelo BNDES de R\$ 22 milhões.

## Setor Naval

O setor de construção naval mundial possui características que estimulam o crescimento e o desenvolvimento da indústria no Brasil. Os principais países construtores de navios encontram-se com extensas carteiras de pedidos, acarretando um aumento no prazo de entrega e no preço de construção. A conjunção desses fatores propicia aos estaleiros menos eficientes a oportunidade de concorrer em igualdade de condições com os principais estaleiros mundiais, especialmente no segmento de navios especializados, em que os ganhos de escala são menos representativos.

O setor tem condições de se desenvolver de forma significativa nos próximos anos, com efeitos positivos na geração de empregos e na cadeia produtiva nacional, mediante o aproveitamento da atual conjunção de aspectos favoráveis: a) o benefício gerado pelo crédito em condições vantajosas; b) o aumento da demanda mundial por novas embarcações; e c) as novas encomendas da Petrobras para o setor petrolífero. É fundamental para a concretização desse objetivo transformar uma vantagem presente, que é transitória, em ganhos de competitividade permanentes em uma indústria com níveis de produção e emprego sustentáveis a longo prazo.

A indústria naval brasileira emprega diretamente em torno de 13 mil pessoas, número que chegou a cerca de 39 mil em 1979. A frota do país é de aproximadamente seis milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Somente a Petrobras opera 170 navios, sendo 55 próprios e 60 afretados, correspondendo a quatro milhões de TPBs, ou 66% da frota total. O crescimento da indústria naval no Brasil em 2003 concentrou-se em embarcações de apoio marítimo, cujo mercado interno ao final do ano contava com 143 embarcações, sendo 48 de bandeira nacional e 95 de bandeira estrangeira.

Em 2003, o BNDES contratou a Coppetec/UFRJ para a realização de estudo que possa vir a subsidiar a elaboração de um plano de competitividade para a indústria naval brasileira. Internamente, iniciaram-se os estudos necessários para estruturar um novo modelo de financiamento, buscando solucionar os atuais entraves que envolvem a estruturação de garantias, a retomada de embarcações pertencentes a beneficiários inadimplentes e a sua posterior alienação, com observância dos dispositivos da Lei de Licitações.

Em conjunto com o Ministério dos Transportes, prosseguiu o trabalho de formulação de novas regras para o funcionamento do Fundo da Marinha Mercante, criando-se condições mais propícias para o desenvolvimento do setor, bem como novos mecanismos que possibilitarão a redução dos riscos associados aos financiamentos concedidos. Os principais desembolsos foram destinados à modernização de estaleiros, à construção de embarcações e ao reparo de navios de transporte de carga e de passageiros.

## Principais Projetos

Na modernização de estaleiros, foram contemplados os Estaleiros Cruzeiro do Sul e Itajaí, no Rio de Janeiro e em Santa Catarina, respectivamente. Entre os projetos objetivando a construção de embarcações, destacaram-se:

**Projeto da Metalnave** – Construção de três navios propaneiros, no Estaleiro Itajaí (Santa Catarina), para atender à crescente demanda por transporte de gases das empresas do setor petroquímico.

**Projeto Hermasa, Fase III** – Construção de dois empurradores de 4.000 BHPs e seis balsas graneleiras, sendo quatro do tipo *raked* de 1.850 TPBs e duas do tipo *box* de 2.000 TPBs. As embarcações construídas



no Estaleiro Erin (Amazonas), organizadas em comboios, serão utilizadas na hidrovia do rio Madeira, incluindo o carregamento da soja em Porto Velho (Rondônia) e o traslado do produto pela hidrovia até o seu descarregamento no Terminal Fluvial de Itacoatiara (Amazonas).

**Projeto Barcas** – Recuperação e expansão das atividades de transporte aquaviário de passageiros na Baía de Guanabara, estando previstas a construção de quatro catamarãs para 1.300 passageiros e três para 200 passageiros, no Estaleiro Rodriguez Cantieri, antigo Estaleiro Cruzeiro do Sul, e a modernização e revitalização de um total de 14 lanchas.

**Projeto Norsul/Aracruz Celulose** – Construção, pelo Estaleiro Ilha S.A. (Eisa), de quatro barcas oceânicas de 5.200 t cada e de dois empurradores de 5.400 HP cada, para o transporte de até 3.400.000 m<sup>3</sup> de toras de madeira/ano do sul da Bahia (Terminal de Caravelas) até a fábrica de celulose da Aracruz em Barra do Riacho, no Espírito Santo.

## Estrutura Produtiva

### Área Industrial

O BNDES orientou suas ações no sentido de expandir e modernizar as atividades da indústria nacional, dando prioridade aos aspectos estratégicos para o seu fortalecimento. Foram empreendidas diversas ações visando reestruturar setores estratégicos da economia do país.

Um grande desafio que se coloca é a combinação de ações visando à reestruturação societária de empresas, por um lado, com o planejamento da expansão da capacidade produtiva, por outro, notadamente nos setores petroquímico e siderúrgico.

O BNDES participou da elaboração da Política Industrial do Governo Federal, que engloba tanto a atuação em setores estratégicos, como bens de capital, *software*, circuitos integrados e fármacos, quanto as ações horizontais permeando todos os setores da economia. Os focos principais são o adensamento das cadeias produtivas, o aumento das exportações e do valor agregado e, também, a inclusão social.



Foi contratado serviço de consultoria para elaborar um plano de ação visando à atração de fabricantes de circuitos integrados e outros componentes críticos da indústria de microeletrônica. O objetivo é a construção de subsetores da indústria eletrônica que praticamente inexistem no Brasil, mas apresentam grande potencial de desenvolvimento e competitividade internacional.

O BNDES teve participação ativa no processo de expansão, modernização e consolidação do setor minerometalúrgico nacional, apoiando investimentos nas principais mineradoras e siderúrgicas, além do estímulo à pesquisa geológica. Um exemplo está na associação com a Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) em um "contrato de risco" para pesquisa geológica na região de Carajás, no valor de R\$ 410 milhões. O BNDES detém, junto com a CVRD, 50% dos direitos minerários em diversas ocorrências na região de Carajás, sobretudo na exploração do minério de cobre, cujos resultados deverão proporcionar ao Brasil a auto-suficiência na produção desse metal.

O BNDES participou também da formulação de uma política industrial para o setor de bens de capital, principal indutor da competitividade e da modernidade de toda a cadeia produtiva na indústria. A exemplo do Programa Moderfrota, voltado para a modernização do setor agropecuário, estuda-se a criação de um "Modermaq", destinado à modernização do parque industrial.

Com relação ao programa de estímulo à criação e maturação de empresas, o BNDES está apoiando o desenvolvimento da indústria nacional de *software*, tendo disponibilizado R\$ 5 milhões para investimento nesse setor, através de programa coordenado pelo Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (Cesar), originário da Universidade Federal de Pernambuco, que já graduou quatro empresas e conta atualmente com outras cinco em sistema de incubação. Em sete anos de existência, a instituição firmou-se como forte competidora em suas áreas de atuação.

## Papel e Celulose

30 ■

O Brasil é o 7º maior produtor mundial de celulose e o 11º maior produtor mundial de papel. O setor, que emprega aproximadamente 100 mil pessoas, teve um faturamento em 2003 de US\$ 6,8 bilhões, com cerca de US\$ 1,5 bilhão sendo destinados ao pagamento de salários.

A produção brasileira de celulose em 2003 atingiu 9,1 milhões de t, representando um crescimento de 13,5% em relação ao ano anterior. No caso da produção de papéis, o volume atingido foi de 7,8 milhões de t, com pequeno aumento em relação a 2002 (0,5%).

O volume das exportações de celulose, com 4,6 milhões de t, foi 40% superior ao de 2002 e o de papel, com 1,8 milhão de t, foi 22% maior. O valor conjunto das exportações desses produtos atingiu US\$ 2,8 bilhões, representando acréscimo de 38% em relação a 2002, enquanto as importações atingiram US\$ 560 milhões. Dessa forma, o setor apresentou um saldo líquido de divisas de US\$ 2,7 bilhões em 2003.

Destacou-se o apoio do BNDES à operação da Veracel Celulose S.A., projeto que visa à implantação de uma fábrica com capacidade de 900 mil t/ano de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto, na divisa dos municípios de Eunápolis e Belmonte, no sul do Estado da Bahia, além de um programa florestal. O investimento total é de R\$ 3,6 bilhões, com participação do BNDES de cerca de R\$ 1,4 bilhão. O projeto, que deverá gerar em torno de dois mil empregos diretos, oito mil indiretos e 12 mil durante o pico das obras, possibilitará a consolidação do país no cenário internacional como importante produtor de celulose, contribuindo para o incremento na balança comercial (cerca de US\$ 500 milhões/ano), a expressiva geração de empregos e a implantação de projetos sociais em comunidades carentes na região de influência da Veracel.

Particular ênfase é dada ao "fomento florestal", que, de um lado, permite a ampliação das terras de plantio por parte dos produtores de celulose e, de outro, tem relevante impacto social nas áreas de atuação das empresas, geralmente carentes de oportunidades de trabalho e renda.

Outra ação de destaque foi a venda de ações da Votorantim Celulose e Papel (VCP), com receita próxima a R\$ 700 milhões. Desse total, 40% foram adquiridos por investidores brasileiros, contribuindo para o fortalecimento do mercado de capitais.



## Químico e Petroquímico

O faturamento líquido da indústria química brasileira subiu 28% em 2003, chegando a R\$ 139,4 bilhões (crescimento de 21% em dólares, atingindo US\$ 45,3 bilhões). Parcela significativa desse incremento é explicada pela elevação dos preços dos produtos químicos no mercado internacional, com destaque para os petroquímicos, que foram pressionados por preços de matérias-primas elevados em razão da guerra no Iraque.

Houve redução da demanda mundial por produtos químicos, em decorrência do baixo crescimento na Europa, na Ásia e nos Estados Unidos, o mesmo ocorrendo no mercado interno, onde a situação econômica também afetou a demanda. Nesse contexto, o Índice Geral de Quantum das Vendas Internas, calculado pela Abiquim, indicou uma queda de 2,06% no ano em relação a 2002. Apesar dessa fraca demanda, a produção física da indústria química aumentou 4,37%, de acordo com o Índice Geral de Quantum da Produção.

Em 2003, as exportações alcançaram US\$ 4,8 bilhões (25,4% a mais que no ano anterior), com os produtos químicos de uso industrial respondendo por 86% do volume total. Apesar disso, a balança comercial de produtos químicos apresentou um déficit de US\$ 6,2 bilhões, mantendo-se nos mesmos níveis de 2002. Os principais segmentos responsáveis pelo déficit da balança comercial foram os de produtos químicos de uso industrial, adubos e fertilizantes, defensivos e produtos farmacêuticos.

A média de utilização da capacidade instalada aumentou de 80% em 2002 para 82% em 2003, enquanto o número de trabalhadores empregados na indústria química aumentou 2,01%, embora a massa salarial tenha diminuído 2,2% no mesmo período.

No segmento de gás químico destaca-se o apoio ao projeto de implantação do Complexo Gás Químico do Rio de Janeiro, localizado no município de Duque de Caxias. Ao longo de 2003, o BNDES liberou R\$ 334,9 milhões em financiamentos e aportou R\$ 75,8 milhões através da subscrição de ações ordinárias, mantendo sua participação de 16,7% no capital total da Rio Polímeros. O início das operações está previsto para o final de 2004, e a entrega da planta, após os testes de performance e confiabilidade, deverá ocorrer no primeiro semestre de 2005. A unidade terá capacidade de produção de 500 mil t/ano de polietilenos, sendo 150 mil t/ano destinadas à exportação.

No segmento de materiais de construção destacou-se o projeto da Duratex S.A., que prevê a unificação das linhas produtivas de louças sanitárias instaladas em Jundiá (São Paulo), com aumento de capacidade produtiva. O investimento total é de R\$ 77,6 milhões, com participação do BNDES da ordem de R\$ 36,8 milhões.

Com relação à atuação estratégica, ressalta-se no setor petroquímico a contribuição para uma nova modelagem, buscando a consolidação de grandes grupos nacionais, com vistas a escalas internacionais de produção.

Destaca-se também o desenvolvimento de programa para apoio financeiro aos fornecedores de equipamentos, materiais e serviços de engenharia, objetivando a ampliação da participação das empresas brasileiras como supridoras, com foco no setor de petróleo e de gás natural.

## Farmacêutico

O país ocupa a 11ª posição no mercado farmacêutico mundial (varejo farmacêutico), com um faturamento em torno de US\$ 5,56 bilhões em 2003. As multinacionais respondem por 70% das vendas ao mercado interno, excluindo a parcela de compras realizadas pelo governo. Os investimentos em pesquisas foram da ordem de US\$ 2 bilhões no período 1994/2000, estando previstos cerca de US\$ 200 milhões anuais em 2001/05.

O balanço do setor, divulgado pela Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (Pró-Genéricos), indica um crescimento de 38,4% em 2003 em relação a 2002, com vendas de US\$ 311,6 milhões, representando 6,97% do mercado farmacêutico total. Em 2002 foram contabilizados US\$ 225,2 milhões.

A indústria farmacêutica nacional é um exemplo da dependência externa a que o país está sujeito com relação à importação de farmoquímicos e de medicamentos antigos no mercado. A maioria absoluta dos farmoquímicos importados não apresenta barreiras de patentes, além de suas rotas de síntese química serem bem conhecidas. Do total do valor FOB das importações de farmoquímicos em 1998, 83% tinham patentes originais anteriores a 1977, sendo que 47% eram anteriores a 1962. Não há uma predominância da importação de produtos da fronteira tecnológica, o que implica a geração de maior margem através da fixação de preços de transferência de farmoquímicos antigos, cujos gastos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) já foram amortizados.

O BNDES tem fomentado a indústria de insumos, materiais e equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, a qual se destaca pelo nível crescente da sua base tecnológica e pelo caráter social inerente aos serviços de saúde. A situação atual mostra a presença majoritária de pequenas e médias empresas de capital nacional, de estrutura familiar e com necessidades de apoio à atualização tecnológica. Nesse sentido, o Banco tem elaborado um diagnóstico que embasará políticas operacionais específicas orientadas para esse segmento.

### **Bebidas**

O setor de bebidas emprega mais de 150 mil pessoas, entre postos diretos e indiretos. Nos últimos cinco anos, as indústrias cervejeiras investiram mais de R\$ 3 bilhões, com 10 novas plantas industriais entrando em operação, além de ampliações e modernizações em fábricas já existentes.

A AmBev teve sua expansão apoiada pelo BNDES, cujo projeto visa, entre outros objetivos, à modernização e adequação das plantas fabris e à atualização e expansão dos centros de distribuição próprios e dos sistemas de informática, além da aquisição de geladeiras verticais, chopeiras, garrafas e garrafeiras. O valor do investimento é de R\$ 1,6 bilhão, sendo a participação do BNDES de R\$ 714,9 milhões, com a geração de dois mil empregos diretos e 10 mil indiretos (em função da expansão da distribuição direta).

Outra operação de destaque nesse segmento foi o projeto da Schincariol, para a implantação de três unidades industriais, em Caxias (Maranhão), Recife (Pernambuco) e Alexânia (Goiás), cada uma com capacidade de produção de 1,5 milhão de hectolitros de cerveja e 500 mil hectolitros de refrigerantes. O valor do projeto foi de R\$ 305,6 milhões, com participação do BNDES de R\$ 109,3 milhões.

### **Setor Automotivo**

A produção de veículos em 2003 foi de 1,83 milhão de unidades, resultado superior em 2% ao de 2002. No mercado interno foram vendidas mais de 1,43 milhão de unidades, incluindo automóveis importados, registrando uma queda de 3,7% em relação ao ano passado. Para o mercado externo, foram embarcados mais de 535 mil veículos brasileiros, um recorde histórico para o setor. As exportações foram superiores a US\$ 5,5 bilhões em 2003, o que representou um incremento de 37% em relação ao ano anterior. A contribuição para a balança comercial brasileira também foi relevante, com um superávit de mais de US\$ 2,3 bilhões.

Estima-se, contudo, que há uma capacidade instalada para a fabricação de 3,2 milhões de veículos, o que demonstra ser possível um rápido incremento da produção nacional, na expectativa de recuperação das vendas no mercado interno. A ociosidade da indústria nacional registrada em 2003 foi de cerca de 40%.

No apoio do BNDES ao setor de motores e autopeças, o projeto da MWM, que representou uma evolução paradigmática na tecnologia do setor, prevê o desenvolvimento, pela própria MWM, de uma nova linha de motores de 3,0 litros e extensão da tecnologia de injeção eletrônica a toda a sua linha de motores diesel. O financiamento é de R\$ 31,4 milhões, para um investimento total de R\$ 67,3 milhões.

Grupo de trabalho interdisciplinar elabora proposta para a criação do "Modercarga", programa que objetiva o financiamento, a uma taxa de juros fixa, para a aquisição de caminhões, tratores, cavalos mecânicos, chassis e carrocerias e carretas. A expectativa é de um desembolso de R\$ 2 bilhões, ao longo de 12 meses, com a criação de 55.800 novos empregos.

### Bens de Capital

A indústria brasileira de bens de capital metal-mecânicos, que faturou R\$ 35,1 bilhões em 2003, fechou o ano com um total de 179,2 mil empregados e exportações de US\$ 4,9 bilhões, cujos principais destinos foram os Estados Unidos (33,92% do total), a Alemanha (7,01%), o México (6,75%), a Argentina (6,55%) e o Reino Unido (6,48%). As importações alcançaram US\$ 5,8 bilhões, tendo como principais origens os Estados Unidos (25,78% do total), a Alemanha (19,43%) e a Itália (10,77%).

O uso da capacidade instalada chegou a 78,36% em dezembro de 2003. No entanto, a maior parte dos segmentos do setor, que é amplo e diversificado, integrando praticamente todas as cadeias produtivas, perdeu competitividade nas últimas décadas, notadamente na de 1990, em função de crises econômicas e de políticas cambiais e tributárias desfavoráveis. No último trimestre de 2003, o BNDES participou de grupo de trabalho de nível interministerial que objetivou implementar ações visando ao crescimento da competitividade do setor, segmento prioritário da Política Industrial do Governo Federal. No apoio financeiro do BNDES, destacaram-se os projetos da B. Grob do Brasil, da Kepler Weber e da WEG.

O financiamento para a B. Grob do Brasil, destacada fabricante de máquinas especiais para o mercado interno e para exportação, foi destinado à expansão de sua unidade industrial, cujo investimento total será de R\$ 50,7 milhões, com participação do BNDES de R\$ 15,8 milhões. Está prevista a geração adicional de 100 empregos.

A operação da Kepler Weber Industrial S.A. foi para a construção de uma nova unidade industrial destinada à produção de equipamentos para o processamento e a armazenagem de grãos. O investimento total do projeto será de R\$ 86,4 milhões, com participação do BNDES de R\$ 41,5 milhões, estando prevista a geração de 500 empregos diretos e três mil indiretos.

No projeto da WEG, os investimentos visam à ampliação da capacidade produtiva e à modernização de quatro unidades industriais, cujo valor total é de R\$ 358,7 milhões, com participação do BNDES de R\$ 138,2 milhões. O projeto gerará 1.020 empregos diretos.

### Complexo Eletrônico

O complexo eletrônico compreende diversos segmentos que se interpenetram, possuindo, porém, uma base técnica comum, constituída, de um lado, pelos componentes eletrônicos, em particular os circuitos integrados, e, de outro, pelo *software*.<sup>1</sup> Usando como critério de classificação a sua importância econômica, tradicionalmente o complexo eletrônico é subdividido em teleequipamentos, equipamentos de informática, bens de consumo eletrônico, componentes eletrônicos e *software*.

A importação maciça de componentes e partes resultou em impactos negativos importantes à balança comercial do complexo eletrônico, gerando um déficit de US\$ 3,6 bilhões em 2003.

A indústria de bens finais eletrônicos deve a sua existência no país, nos dias de hoje, a dois mecanismos de incentivo à produção local: a Lei de Informática (Lei 10.176, de 11.01.01), que reduz o IPI aplicável aos bens incentivados, e a legislação da Zona Franca de Manaus, que isenta de IPI todas as mercadorias lá produzidas e reduz o Imposto de Importação relativo a componentes utilizados nos produtos beneficiados. A Lei de Informática beneficia basicamente bens de informática e de telecomunicações, enquanto a Zona Franca de Manaus é responsável pelos incentivos ao segmento

<sup>1</sup> É importante observar que ambos os segmentos têm merecido atenção especial por parte do BNDES, como será visto na seqüência, tendo sido também eleitos como prioritários para a Política Industrial do Governo Federal.



de bens de consumo. Em que pese a dependência da indústria em relação a esses mecanismos, a sua conjugação tem propiciado a existência no Brasil da produção de uma gama bastante diversificada de bens dos vários segmentos do complexo.

Recentemente, foi agregado ao complexo eletrônico o segmento de equipamentos médicos. Muito embora na maioria dos casos a sua origem não seja eletrônica, tendo esta surgido como módulo embarcado, a relevância social do tema fez com que o segmento fosse tratado como mais um do complexo.

### Teleequipamentos

Em 2001 ocorreram grandes investimentos em telefonia fixa, gerando uma superoferta de acessos, até hoje vigente, fato que gerou, a partir de 2002, uma ociosidade no segmento de teleequipamentos da ordem de 50%. Já os investimentos em telefonia móvel têm sido contínuos, com novas operadoras e tecnologias entrando no mercado e propiciando um certo dinamismo à demanda, responsável pelo crescimento real de 6% no faturamento das fabricantes de teleequipamentos, que encerraram 2003 com um total acumulado no ano de R\$ 8,8 bilhões, segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). Destaca-se a exportação de terminais celulares, que se manteve pouco acima de US\$ 1 bilhão (US\$ 1,05 bilhão em 2003, frente a US\$ 1,07 bilhão em 2002) e assegurou um relativo equilíbrio na balança comercial do segmento de teleequipamentos, o único a atingir pequenos saldos positivos de US\$ 65,5 milhões e US\$ 36,5 milhões, em 2003 e 2002, respectivamente.

### Informática

A penetração crescente da informática e sua contínua atualização, aliadas ao início da produção nacional de unidades de disco óptico e de alguns equipamentos de maior valor como os servidores de rede, propiciaram um crescimento do faturamento do segmento em 2003, que atingiu R\$ 16,7 bilhões, segundo a Abinee, representando um crescimento real de 12% em relação ao ano anterior. A parcela do mercado representada pelos equipamentos de menor valor continuou em 2003 sendo atendida pelo "mercado cinza" – denominação para a importação ilegal e a produção informal de equipamentos –, cuja participação no total não caiu abaixo dos 2/3 verificados em 2002.

A produção local de novos tipos de equipamentos propiciou que fosse ligeiramente reduzido o déficit comercial total do segmento, que passou para US\$ 1,03 bilhão em 2003, frente a US\$ 1,14 bilhão em 2002.

### Bens Eletrônicos de Consumo

A fabricação nacional de equipamentos eletrônicos de consumo, também conhecidos como linha marrom, alcançou um faturamento de R\$ 12,4 bilhões no ano, o que, segundo a Abinee, representa uma diminuição real de 3% em relação a 2002.

A ociosidade das empresas continuou elevada, superior a 50% em média, e o seu déficit comercial variou de US\$ 144,5 milhões em 2002 para US\$ 73,9 milhões em 2003.

### Componentes Eletrônicos

O aspecto mais notável na análise da balança comercial do complexo eletrônico é o caráter estrutural do seu déficit, devido à quase inexistência de fabricação interna de componentes eletrônicos. Em particular, no caso dos circuitos integrados, nenhuma indústria detém o seu ciclo completo de produção, apesar de serem os componentes que concentram, e cada vez mais, o valor dos produtos eletrônicos. A gravidade desse déficit pode ser melhor avaliada quando se considera que ele reflete não somente as importações de componentes para bens finais do complexo eletrônico, seja para consumo interno ou para exportação, como também as importações que alimentam a produção de eletrônica embarcada, cuja penetração pela economia é crescente.

O déficit na balança comercial de componentes eletrônicos foi de US\$ 2,52 bilhões em 2003, maior que os US\$ 2,06 bilhões de 2002. Esses números revelam um crescimento da participação dos



componentes no déficit geral do complexo eletrônico de 35% em 1996 para 71% em 2003. Os circuitos integrados representam hoje mais de 50% do total das importações de componentes.

Consciente desse problema, em novembro de 2002 o BNDES contratou a um consórcio de consultores a realização de um estudo visando à implantação de uma indústria de circuitos integrados no Brasil, o qual foi concluído no segundo semestre de 2003 e apresentado ao governo federal.

### Software

O mercado brasileiro atual de *software*, incluídos serviços (treinamento, instalação, terceirização de desenvolvimento e de gestão etc.) numa proporção aproximada de meio a meio com os produtos, é estimado em US\$ 9,5 bilhões, supondo-se a manutenção da taxa de crescimento anual dos últimos anos (11%). É um mercado atendido em sua maior parte por importações, cabendo às empresas brasileiras algo em torno de 12% do mercado de produtos e 17% do de serviços. O déficit do setor supera US\$ 1 bilhão, marca que teria sido atingida em 1999.

Em 1997, o BNDES criou um programa de apoio à indústria de *software*. Ao longo dos anos, o programa foi modificado e expandido, até que em 2003 passou por uma profunda avaliação, originando o Programa para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços Correlatos (Prosoft). O novo formato teve seu escopo ampliado para atender ao segmento de *software* e de produtos e serviços correlatos em três aspectos: oferta (apoio às empresas), demanda interna (apoio à comercialização) e exportação.

### Equipamentos Médicos

O segmento de equipamentos médicos engloba também insumos e materiais de uso médico, o que inclui, por exemplo, os implantes. Seu crescimento real, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (Abimo), vem sendo constante, atingindo cerca de 19% no período 1999/2002. A produção interna é realizada por um grande número de empresas, majoritariamente de pequeno e médio portes, que dividem com as importações o atendimento ao mercado brasileiro, em parcelas aproximadamente equivalentes. Em 2002, as importações para o segmento totalizaram US\$ 919 milhões.

■ 35

As necessárias certificações a que os produtos precisam ser submetidos por exigência da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) colocam as empresas no rumo das certificações internacionais, necessárias à exploração de outros mercados. Estes vêm surgindo como opção de diversificação para as empresas de maior porte, já que o crescimento da demanda interna, em sua maior parte estatal, vem sendo contido nos últimos anos. As exportações, que já respondem por 11% do faturamento do segmento, somaram US\$ 171 milhões em 2002, segundo a Abimo.

Cabe observar que o segmento, relativamente a outros do complexo eletrônico, é um grande empregador de mão-de-obra, em função da forte presença da tecnologia mecânica nas suas empresas, aliada a uma ainda grande verticalização da produção e ao desenvolvimento local de vários projetos de bens.

### Principais Projetos

Entre os projetos apoiados pelo BNDES, destaca-se o financiamento à Cesar Participações S.A., empresa inovadora em *software*, sediada em Recife (Pernambuco), contemplando investimentos em P&D de novos produtos, soluções de tecnologia da informação e geração de novas empresas de informática, no âmbito do Prosoft. O projeto está orçado em R\$ 6,3 milhões, com participação de R\$ 5 milhões do BNDES.

No fomento ao desenvolvimento tecnológico, o Banco teve participação ativa em fundos de investimento, que apoiaram, mediante participação societária, pequenas empresas de base tecnológica. Foi instituído o Criatec, programa de apoio a empresas nascentes de base tecnológica, tendo como parceiros institucionais a Finep e o Sebrae.

Em 2003, o BNDES reviu e ampliou a atuação do Prosoft, cujo principal objetivo é contribuir para o desenvolvimento da indústria nacional de *software*. A revisão do Prosoft teve o intuito de melhorar o perfil de risco da sua carteira e de criar condições favoráveis para a comercialização e exportação do *software* nacional e a consolidação das empresas do setor.

Nas participações acionárias em empresas de base tecnológica, destaca-se a do Contec no financiamento da empresa Fóton, que atua no segmento de tecnologia da informação para instituições financeiras, prestando serviços de desenvolvimento de *software* de alto valor agregado, de treinamento, de consultoria e de processamento de dados. Está em fase final o desenvolvimento de produtos para atender, também, a empresas administradoras de cartões e de saúde complementar. O valor do projeto está dividido em subscrição de ações (R\$ 1,8 milhão) mais Prosoft (R\$ 2,7 milhões) e tem como objetivo investir em P&D, infra-estrutura, treinamento e qualidade, *marketing* e comercialização e reforço de capital de giro.

#### Siderurgia e Mineração

A indústria siderúrgica no mundo ainda é muito fragmentada, se comparada a seus fornecedores (mineradoras) e consumidores (indústria automobilística, por exemplo). Com o crescimento da economia chinesa, o mercado siderúrgico mundial experimenta um período fortemente demandante, com os preços dos produtos siderúrgicos sendo pressionados. Por outro lado, a crescente demanda chinesa vem pressionando também os preços dos principais insumos siderúrgicos, com destaque para o coque e o minério de ferro. Dessa forma, uma potencial restrição à continuidade do crescimento da rentabilidade do setor seria o limite de capacidade dos fornecedores de matéria-prima em atender ao mercado. O consumo mundial de produtos siderúrgicos e a produção de aço vêm registrando volumes recordes nos últimos anos. O comércio internacional de aço, por exemplo, praticamente triplicou nos últimos 25 anos, apesar do observado aumento de barreiras protecionistas.

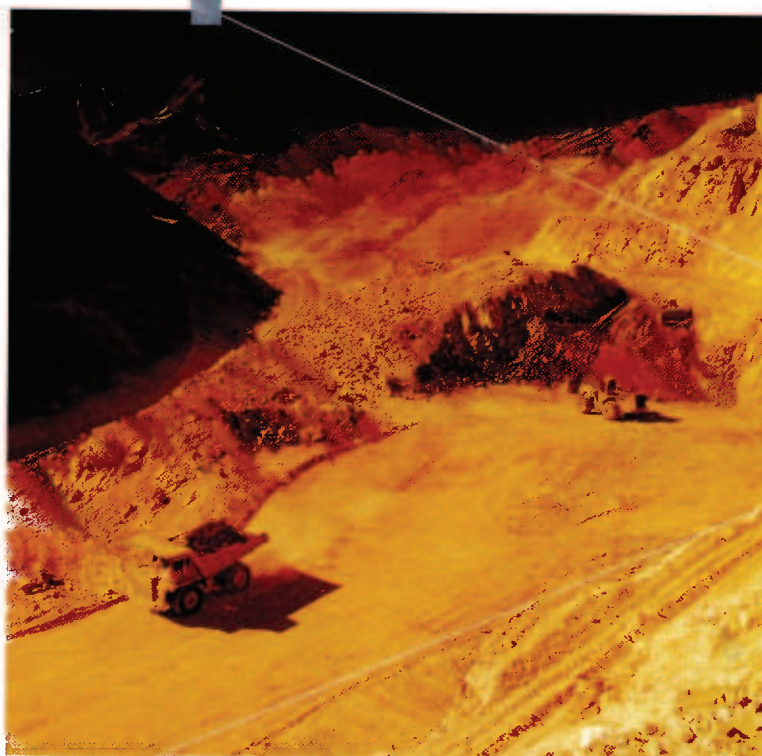
O parque siderúrgico brasileiro é formado por 26 usinas, que em 2003 tiveram uma capacidade instalada combinada de 33,8 milhões de t/ano de aço bruto e uma produção de 31,1 milhões de t/ano. A indústria está iniciando um novo ciclo de investimentos, após a modernização tecnológica e a reestruturação das plantas entre 1994 e 2002. Nos próximos anos, espera-se um grande volume de investimentos visando aumentar a capacidade produtiva. Cabe destacar o alto custo de capital e a dependência da importação do carvão mineral.

O BNDES tem contribuído nesse processo, com sua participação total nos investimentos do setor situando-se na média histórica de 35%, além de atuar com o objetivo estratégico de estruturar uma consolidação do segmento de aços planos, visando, assim como na petroquímica, à criação de empresas com escala internacional.

Em 2003, destacaram-se as operações da Usiminas e da CST. O projeto da Usiminas prevê investimentos em qualidade, enobrecimento de produtos e ampliação da capacidade de produção de aço líquido, passando de 4,7 milhões de t/ano para 5 milhões de t/ano, assim como na ampliação da produção de energia própria na unidade industrial de Ipatinga (Minas Gerais). Os investimentos, de R\$ 192,7 milhões, têm a participação de R\$ 77,2 milhões do BNDES.

O investimento na CST é de R\$ 403,2 milhões, com participação de R\$ 143,9 milhões do BNDES. O projeto tem por objetivo a expansão da capacidade produtiva de 4,7 milhões de t/ano para 5 milhões de t/ano de placas de aço e a implantação da quarta central termelétrica e unidades auxiliares, na usina de Serra (Espírito Santo), para co-geração de energia através da utilização de gases de aciaria.

Quanto à mineração, o BNDES atuou em duas frentes distintas: iniciou estudos com o auxílio do DNPM para estabelecer formas legais de aceitação dos direitos minerários como garantia à operação de financiamento e dedicou atenção especial ao acompanhamento dos trabalhos de pesquisa em Carajás, considerada uma das províncias minerais mais promissoras do mundo (ocorrências de cobre, níquel, ouro e manganês, dentre outros produtos), por força do contrato de risco que o BNDES mantém com a CVRD. Tal contrato estipula a verba de US\$ 410 milhões (50% para cada parte) a serem gastos em pesquisas geológicas na região de Carajás durante sete anos, a partir de 1997.



## Operações Estratégicas

■ 37

Tupy S.A.

A operação visou à reestruturação de uma importante empresa nacional do segmento de fundição e metalurgia. O principal objetivo foi recuperá-la financeiramente, pois se trata de empresa operacionalmente viável que, entretanto, se encontrava em frágil situação financeira. A Tupy, que desenvolve e manufatura produtos fundidos em ferro, com elevado conteúdo tecnológico, para os setores automotivo, industrial, ferroviário, agrícola e de construção, é a maior fundição da América Latina e a única empresa genuinamente brasileira entre os grandes fornecedores do setor automotivo em nível global. O valor da operação foi de R\$ 69 milhões de recursos novos (mais R\$ 69 milhões da Previ-BB), a serem utilizados no curto prazo na subscrição de debêntures conversíveis em ações a serem emitidas pela empresa. No âmbito da operação, 75% dos créditos junto a bancos também foram reescalonados. A operação representou a manutenção de 6.500 empregos diretos.

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Consistiu na aquisição de 8,5% do capital da Valepar, empresa que controla a CVRD, no valor de R\$ 1,5 bilhão. Essas ações pertenciam ao Clube de Empregados da Companhia Vale do Rio Doce (Investvale).

O objetivo principal foi a preservação de uma posição estratégica na maior mineradora diversificada das Américas, maior prestadora de serviços de logística do Brasil e maior geradora de divisas do país, com clientes em mais de 30 nações. Com a aquisição, o BNDES terá participação na formulação da estratégia de condução dos negócios da Vale, de forma a fortalecer ainda mais a atuação da empresa no mercado internacional.

A operação, além de manter no Brasil o centro de decisões estratégicas da CVRD, revelou-se um bom negócio, com a valorização das ações da empresa no Brasil e no exterior.





### Couro e Calçados

Em 2003, as vendas do setor calçadista ao mercado interno mantiveram-se estáveis em termos de vendas físicas. O destaque foram as exportações, que cresceram 7% em faturamento e 15% em volume relativamente ao ano anterior, atingindo US\$ 1,55 bilhão e 188 milhões de pares de calçados. A previsão para 2004 é crescer em torno de 15%.

O segmento de couro apresentou aumento de 11% nas exportações, se comparadas com o desempenho em 2002 (cerca de US\$ 1,1 bilhão). Destaca-se que 62% do couro bovino exportado foram dos tipos semi-acabado e acabado, ou seja, produtos de maior valor agregado, enquanto as exportações de couro do tipo salgado caíram 48% no mesmo período.

Os desembolsos do BNDES para o setor de couro, calçados e artefatos, em 2003, atingiram R\$ 0,4 bilhão, registrando um aumento de 33% em relação ao ano anterior. Nenhuma das 295 operações contratadas em 2003 possui valor de destaque.

### Complexo Têxtil

O setor têxtil apresentou um superávit comercial de US\$ 595 milhões em 2003, 290% maior que o de 2002, mantendo, portanto, a tendência de superação dos déficits entre 1994 e 2000. A previsão para 2004 é que o superávit chegue próximo de US\$ 700 milhões.

Os desembolsos do BNDES para o setor têxtil, em 2003, atingiram R\$ 0,45 bilhão, registrando um aumento de 13% em relação ao ano anterior. Das 443 operações contratadas, a de maior destaque foi a da Coteminas, uma das maiores empresas exportadoras de têxteis do país.

### Agroindústria

A partir de 2003, o BNDES estruturou sua ação no setor rural sob uma nova perspectiva, com a ampliação de sua abrangência de modo a incorporar a busca de uma integração entre os diversos segmentos do agronegócio e a agricultura familiar.



A preocupação fundamental é que o desenvolvimento rural se dê de forma incluyente, para que as expansões da produção e da exportação que vêm ocorrendo na agroindústria brasileira se traduzam num aumento efetivo de renda para todos, inclusive aqueles envolvidos na produção familiar.

Diversos segmentos da agroindústria brasileira têm como característica a utilização de sistemas de integração com a pequena produção. Porém, o processo de modernização industrial leva, muitas vezes, à exclusão de produtores rurais associados a determinada atividade, ou seja, o crescimento se dá através de processos que desconsideram as implicações sobre os integrados. Assim, há que haver uma preocupação com a inclusão, se o objetivo a ser buscado é o desenvolvimento rural.

O BNDES deu continuidade ao apoio a diferentes segmentos agroindustriais, cujos principais projetos estão descritos a seguir:

**Fumicultores** – A operação envolve o financiamento a um conjunto de 14.694 produtores de fumo que atua na região Sul do Brasil e desenvolve as suas atividades por meio de um sistema de parceria com empresas processadoras de fumo, às quais compete fornecer assistência técnica gratuita aos agricultores integrados, repassar aos produtores os insumos certificados e autorizados para uso na cultura, prestar assistência financeira, encaminhar e avaliar os financiamentos de insumos e investimentos, custear o transporte da produção desde a propriedade dos agricultores até as empresas e comprar integralmente a safra contratada por preços negociados com a representação dos produtores. O investimento total é de R\$ 208,6 milhões, com participação do BNDES de 80%.

**Nestlé** – Implantação de nova fábrica de café solúvel na unidade de Araras (São Paulo), com capacidade de produção de 16.500 t/ano. O investimento total é de R\$ 121,5 milhões e o BNDES participa com R\$ 57,1 milhões.

**Vigor** – Investimentos em ampliação e modernização das unidades industriais e comerciais localizadas nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro, capital de giro associado aos investimentos e *marketing* institucional e de produtos do Grupo Vigor. O investimento total é de R\$ 105,7 milhões e o BNDES participa com R\$ 48 milhões.

**Laguinha** – Implantação da nova unidade do Vale do Paranaíba, com capacidade de moagem de nove mil t de cana por dia, localizada no município de Capinópolis (Minas Gerais), modernização de quatro usinas de açúcar e álcool da empresa, nos municípios de União dos Palmares, Coruripe e Atalaia (todos em Alagoas) e Canápolis (Minas Gerais), além da implantação das novas instalações do Hospital São Vicente de Paulo, no município de União dos Palmares. O investimento total é de R\$ 207,3 milhões e o BNDES participa com R\$ 48,8 milhões.

**Potiporã** – Implantação das seguintes unidades: a) de produção de pós-larvas de camarão, com capacidade de 1,8 bilhão de pós-larvas por ano, no município de Touros (Rio Grande do Norte); b) de engorda de camarão, com área total de 800,5 ha, no município de Pendências (Rio Grande do Norte); e c) de beneficiamento de camarão, com capacidade de 33,62 t/dia, também no município de Pendências. O investimento total é de R\$ 84,1 milhões e o BNDES participa com R\$ 43,2 milhões.

## Comércio e Serviços

O comércio varejista teve desempenho negativo em 2003, registrando decréscimo de 4,14% em relação ao ano anterior. O segmento mais atingido foi o de venda de veículos e autopeças, que sofreu queda de 10,91%.

O ano de 2003 foi assinalado pelo início da recuperação do fluxo de turismo receptivo externo (4,1 milhões de turistas, na estimativa preliminar da Embratur), revertendo os resultados negativos verificados desde 2001, quando entraram no país 4,8 milhões de turistas estrangeiros.

Os desembolsos do BNDES destinados ao setor de comércio e serviços totalizaram R\$ 2,4 bilhões em 2003, apresentando aumento de 19% em relação a 2002. Para o setor de turismo foram destinados R\$ 74 milhões.

No segmento de supermercados, foi apoiada a expansão da Companhia Brasileira de Distribuição (CBD), do Grupo Pão de Açúcar, cujo projeto prevê a ampliação e modernização da rede de lojas, compreendendo a abertura, no país, de 31 novas unidades (entre os hipermercados Extra e os supermercados Pão de Açúcar e Barateiro), bem como a reforma de 101 lojas, além do apoio a programa social promovido pelo Instituto Pão de Açúcar. O valor do projeto é de R\$ 663,6 milhões, sendo a participação do BNDES de R\$ 325,4 milhões. Os investimentos gerarão cerca de 5.040 empregos diretos e 10 mil indiretos.

## Exportação

As exportações de bens e serviços apresentaram um crescimento de 14,2% em 2003 (14,8% nas vendas externas de bens e 10,9% nas de serviços).

Nas vendas externas de bens, o total exportado foi de US\$ 73 bilhões em 2003, um recorde histórico, com destaques de crescimento para: produtos têxteis (37,7%), papel e celulose (37,4%), vestuário e acessórios (33,3%), veículos automotores (31,3%) e produtos da agricultura e pecuária (29,2%). No caso dos veículos automotores, chamou a atenção o crescimento de 78,7% do superávit comercial em 2003 em relação a 2002. Ao lado do aumento das vendas de automóveis, veículos de carga e autopeças, associado à elevação da cota de exportação para o México no âmbito do acordo comercial com esse país e à persistência de taxas de crescimento da Argentina, as exportações de máquinas agrícolas e tratores foram impulsionadas também pela demanda dos Estados Unidos, cuja expansão econômica se acelerou no segundo semestre de 2003.

As importações totais atingiram US\$ 48 bilhões em 2003, o que resultou em um superávit comercial de US\$ 25 bilhões, expressivamente acima dos US\$ 13 bilhões registrados em 2002.

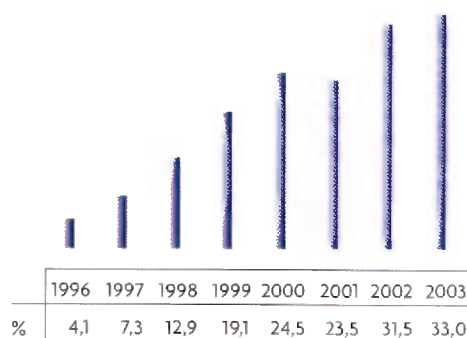
O crescimento do *quantum* apresentou maior influência no crescimento do valor exportado do que os preços. O índice da Funcex mostrou em 2003 um aumento de 15,7% nas quantidades exportadas e de 4,7% nos preços. Os produtos básicos apresentaram aumento de preços (10,5%) e quantidades (13,1%), seguindo a recuperação de preços internacionais da maioria das mercadorias primárias. Os manufaturados apresentaram preços praticamente estáveis (queda de 0,6%) e significativa elevação do *quantum* exportado (20,9%). Nessa categoria, verificou-se ainda queda de preços nos bens de capital (9,3%) e de consumo duráveis (4,4%). Nas importações, o índice de preços apresentou crescimento (6,1%) e o de *quantum* queda (3,7%). Houve crescimento de 21,4% do índice referente à importação de combustíveis.

Os principais destinos das exportações brasileiras em 2003 foram Estados Unidos (US\$ 16,9 bilhões), Argentina (US\$ 4,6 bilhões), China (US\$ 4,5 bilhões), Holanda (US\$ 4,2 bilhões) e Alemanha (US\$ 3,1 bilhões), havendo crescimento das exportações para todos os blocos econômicos.

Os principais países de origem das importações brasileiras foram Estados Unidos (US\$ 9,7 bilhões), Argentina (US\$ 5,7 bilhões), Alemanha (US\$ 4,2 bilhões), Japão (US\$ 2,5 bilhões) e China (US\$ 2,1 bilhões), dos quais os principais produtos importados foram máquinas/equipamentos e componentes eletrônicos, exceto os provenientes da Argentina, em que predominaram veículos, trigo e petróleo/derivados.

Em 2003, nas linhas de apoio à exportação do BNDES, foram liberados US\$ 4 bilhões, o que significou um crescimento de 1,5% em relação a 2002. Esse valor representa 33% dos desembolsos totais do Banco, mantendo a tendência de crescimento.

Percentagem do Total de Desembolsos do BNDES à Exportação – 1996/2003



## Desembolsos do BNDES por Linhas de Apoio à Exportação

Produtos	2003 (US\$ Mil)		2002 (US\$ Mil)		Variação % (Acumulado 2003/02)
	Dezembro	Janeiro/ Dezembro	Dezembro	Janeiro/ Dezembro	
Pré-Embarque*	301.998	1.496.627	75.860	700.610	113,6
Pré-Embarque Especial	48.915	484.539	149.108	577.419	-16,1
Pós-Embarque	331.352	2.025.340	86.179	2.669.573	-24,1
<b>Total</b>	<b>682.265</b>	<b>4.006.506</b>	<b>311.146</b>	<b>3.947.603</b>	<b>1,5</b>

Produtos	2003 (Número de Liberações)		2002 (Número de Liberações)		Variação % (Acumulado 2003/02)
	Dezembro	Janeiro/ Dezembro	Dezembro	Janeiro/ Dezembro	
Pré-Embarque*	83	514	80	536	-4,1
Pré-Embarque Especial	16	220	69	221	-0,5
Pós-Embarque	42	454	45	556	-18,3
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>1.188</b>	<b>194</b>	<b>1.313</b>	<b>-9,5</b>

\*Inclui Pré-Embarque de Curto Prazo.

A linha Pré-Embarque, que passou a atender também às grandes empresas, mostrou-se um importante mecanismo de liquidez para o mercado de financiamento à exportação, firmando-se como um instrumento eficaz de atendimento aos exportadores em condições de taxas e prazos competitivas internacionalmente.

### Distribuição Setorial

Os desembolsos em linhas de apoio às exportações estão distribuídos por praticamente todos os ramos da atividade econômica. Entretanto, o foco principal do apoio são bens de alto valor agregado, havendo grande participação dos setores de aeronaves (46,3%), veículos automotores e autopeças (20%) e alimentos (9,1%). Historicamente, os financiamentos para bens de capital situam-se em cerca de 70% do total desembolsado.

Os desembolsos no segmento de serviços também apresentaram grande crescimento em 2003 em relação ao ano anterior (183%). Os desembolsos em projetos associados à exportação de serviços devem continuar relevantes em 2004, pois vários projetos de integração sul-americana foram enquadrados em 2003 e alguns devem gerar desembolsos no ano seguinte.

### Distribuição Regional

Em 2003, como nos anos anteriores, os exportadores situados na região Sudeste receberam a maior parcela dos desembolsos. Além da Embraer e das montadoras de veículos, foram atendidos 151 exportadores no Sudeste. A região Sul apresenta desembolsos mais pulverizados, com 147 empresas atendidas (US\$ 3,2 milhões por empresa).

#### Distribuição Regional dos Desembolsos das Linhas de Apoio à Exportação do BNDES

Região	US\$ Milhões	Participação (%)
Sudeste	3.272,1	81,7
Sul	466,9	11,7
Nordeste	236,2	5,9
Centro-Oeste	16,4	0,4
Norte	15,9	0,4
<b>Total</b>	<b>4.006,5</b>	<b>100,0</b>



## Setor de Aeronaves

O BNDES vem apoiando as exportações da Embraer desde o início da campanha do jato ERJ-145, de 50 lugares. Entre 1997 e 2002, o apoio à empresa representou 55,9% de suas exportações totais.

Em 2003, o BNDES promoveu alguns ajustes a fim de aperfeiçoar seus procedimentos operacionais de apoio às exportações da Embraer, para a qual desembolsou cerca de US\$ 1,7 bilhão na modalidade Pós-Embarque, tornando possível a exportação de 73 aeronaves, e US\$ 175 milhões na modalidade Pré-Embarque, mantendo, assim, importante papel no financiamento das exportações de aeronaves brasileiras.

## Setor de Petróleo

Novos projetos em curso devem acelerar os desembolsos do BNDES ao setor, pois os investimentos para os próximos cinco anos somam mais de US\$ 40 bilhões.

Ao possibilitar a produção local dos bens relativos aos principais projetos do setor de petróleo, os financiamentos através do Repetro, regime aduaneiro especial para exportação e importação de bens destinados às atividades de exploração de petróleo e de gás natural, fortalecem a cadeia produtiva e geram importantes efeitos para a economia do país. O déficit do setor é de US\$ 3,5 bilhões anuais, e a sua redução para aproximadamente US\$ 2 bilhões criará 50 mil postos de trabalho além dos já esperados 150 mil. O efeito-renda gerado pela execução dos projetos do setor no país também é relevante, pois a produção local desses bens gera maior renda disponível para a população e maior arrecadação fiscal por parte de estados e municípios.

### Apoio do BNDES aos Projetos do Setor de Petróleo

Projetos	Apoio do BNDES	Valor do Projeto	Situação
P-52	US\$ 450 Milhões	US\$ 770 Milhões	Em Contratação
P-51	Até US\$ 600 Milhões	Não Definido	Em Negociação
P-54	Até US\$ 500 Milhões	Não Definido	Em Licitação
<b>Total</b>	<b>US\$ 1,55 Bilhão</b>		

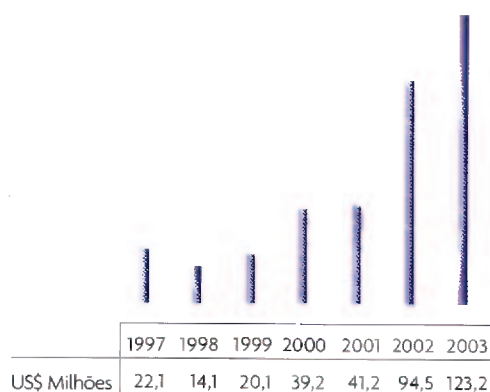
## Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)

Em 2003, os desembolsos para MPMEs apresentaram crescimento de 30,4% em relação a 2002 (US\$ 123,2 milhões contra US\$ 94,5 milhões, respectivamente), com o Programa Pré-Embarque concentrando a maior parte desses desembolsos (US\$ 89 milhões). O crescimento ocorreu também no número de liberações: 241 em 2002 e 269 em 2003. A difusão do processamento automático do Pré-Embarque contribuiu em grande parte para esse resultado, pois concentrou 79% dos desembolsos para as MPMEs.

Ressalte-se que o crescimento observado foi a partir de uma base que já apresentava alta no ano anterior: em 2002, houve crescimento de 129% do valor desembolsado para essas empresas em relação a 2001.

Em número de empresas apoiadas, os desembolsos para MPMEs em 2003 superaram em 50% o total de empresas atendidas, contra uma participação de 40% do total em 2002. Os setores mais destacados com os desembolsos foram alimentos (US\$ 31,8 milhões), couro e calçados (US\$ 18,2 milhões), têxteis (US\$ 15,5 milhões), móveis (US\$ 14,2 milhões) e máquinas e equipamentos (US\$ 11 milhões).

Desembolsos das Linhas de Apoio à Exportação do BNDES para MPMEs – 1997/2003





## Integração Sul-Americana

A integração sul-americana constitui um dos pilares da estratégia internacional do governo brasileiro. A iniciativa é voltada para o incremento dos fluxos econômicos entre o Brasil e os países vizinhos e para a ampliação da presença da América do Sul, como bloco, nas negociações que estão em curso no âmbito da Alca e da OMC.

O BNDES tem sido um instrumento importante do processo de integração dos países do continente, ao dar suporte às ações integradoras, ora em fase de proposição e desenvolvimento. Nesse sentido, destacam-se o Acordo Marco assinado com o governo da Venezuela, o Memorando de Entendimentos firmado com o governo da Argentina e os entendimentos que vêm se desenvolvendo com o Peru e a Bolívia.

No âmbito do Acordo firmado em 26 de agosto de 2003 entre o BNDES e o Ministério das Finanças da Venezuela, serão financiadas as exportações brasileiras para projetos de infra-estrutura naquele país, eleitos como prioritários pelo Ministério das Finanças venezuelano, respaldados por garantias aceitáveis para o BNDES. Desde a formalização do Acordo, a definição de projetos prioritários e a estruturação das garantias têm sido o principal objeto das tratativas entre os signatários com vistas à sua operacionalização.

### Venezuela

Destaca-se a aprovação, pelo BNDES, da primeira operação, consistindo na concessão de colaboração financeira no âmbito da linha Pós-Embarque, modalidade *buyer credit*, objetivando o financiamento às exportações de equipamentos de geração de energia e serviços associados aos seguintes projetos conduzidos pela Cadafe:

- implantação da casa de máquinas da Central Hidrelétrica La Vueltoza, de 514 MW, no valor de US\$ 125 milhões;
- reabilitação da Central Hidrelétrica General José Antonio Páez, no valor de US\$ 12,5 milhões; e
- reabilitação da Central Hidrelétrica San Agatón, no valor de US\$ 7,5 milhões.

### Equador

O Projeto San Francisco, no valor de US\$ 245 milhões, contribuirá para enfrentar um déficit crônico de 180 GWh de energia elétrica, contemplando um aproveitamento hidrelétrico localizado nas montanhas dos Andes Centrais Equatorianos, na bacia média do rio Pastaza.

### República Dominicana

Projeto Pinalito – Consiste na exportação de bens e serviços pela Construtora Norberto Odebrecht para a construção da Central Hidrelétrica de Pinalito, cujo valor do financiamento é de até US\$ 101,5 mil. A central hidrelétrica a ser construída representará um incremento de 10% na capacidade instalada atual do país.

### Peru

Projeto Camisea – Consiste na exportação de tubos de aço pela Confab para dois gasodutos, com financiamento do BNDES no valor de até US\$ 102,6 milhões. A parte do projeto constituída por gasodutos é orçada em US\$ 818,5 milhões. Poderá haver participação, com estrutura de *project finance*, do BID e da CAF, além de recursos próprios dos acionistas na proporção de suas participações.

### Cuba

Ministério de Turismo de Cuba – Aprovada a concessão de colaboração financeira para a Casa Financiera Fintur S.A., empresa do Ministério de Turismo de Cuba, no valor de até US\$ 12,2 mil.



## Inclusão Social

O BNDES vem assumindo, desde meados da década de 1980, através de sua Área Social, uma posição de vanguarda no apoio a iniciativas que possam contribuir para a constituição de políticas e programas, ou para a utilização em outras regiões e instituições.

Foram realizadas alterações na concepção, na orientação e na estrutura organizacional da Área de Inclusão Social. Tal movimento – sem alterar as boas práticas historicamente desenvolvidas pelo BNDES – procurou incorporar elementos essenciais para o alcance do objetivo de inclusão social, ao enfatizar a importância da articulação entre as políticas social e econômica e priorizar a atuação do poder público como condutor e articulador de políticas. Para atingir esses objetivos, o BNDES conta com a parceria de organizações não-governamentais, numa ação complementar entre as instituições públicas e privadas que maximize a qualidade de vida de uma expressiva parcela da população brasileira.

Contando com recursos provenientes do FAT, do Fundo Social e de Fundos Especiais, o BNDES vem procurando consolidar seu papel na área social através do seguinte escopo de atuação:

- desenvolvimento de instrumentos visando à modernização das políticas públicas por meio dos Programas de Modernização da Administração Tributária (Pmat), Mãe Canguru, Museus de Ciência Integrados à Educação, Educação à Distância, Redes de Atenção à Criança e ao Adolescente e Populações Indígenas (Ticunas, Baniwas e Krahô);
- promoção de investimentos destinados à estruturação, requalificação e reordenamento ambiental e urbano: Programa Multissetorial Integrado e Sistemas de Transportes Coletivos;
- fortalecimento e modernização dos serviços sociais básicos objetivando sua universalização: Saneamento; Instituições de Ensino Superior; Saúde; Hospitais Filantrópicos; Incentivo ao Uso e Domínio da Linguagem Escrita; e Pessoas Portadoras de Deficiência;

- apoio a projetos de aumento da produção e do emprego, buscando a democratização do capital e a integração da pequena produção aos modernos processos de agregação de valor: Autogestão; Cooperativas de Produção; e Modelos Sustentáveis de Agricultura Familiar;
- ampliação do sistema de concessão de microcrédito;
- fomento a projetos nas regiões nordestina e da fronteira amazônica: Aproveitamento dos Perímetros Irrigáveis; Aqüicultura/Carcinicultura; Reservas Extrativistas (CNS/CNPT/Ibama); Transamazônica (FVPP); Calha Norte; e Ferrovia Transnordestina; e
- apoio ao Programa Fome Zero: Convênio Mesa; Sopão; e desenvolvimento de projeto-piloto para transformação do Programa de Merenda Escolar em Programa de Nutrição.

### **Educação**

Em convênio com o Ministério da Educação, o BNDES operacionaliza o Programa de Recuperação e Ampliação de Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior. Desde 1998 já foram realizadas 78 operações com instituições públicas e privadas em todo o país. Em 2003, os desembolsos para operações no Programa somaram R\$ 12,7 milhões.

### **Saúde e Assistência Social**

O setor hospitalar filantrópico no Brasil representa cerca de 1/3 do parque hospitalar existente, na maioria prestadores de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS). De acordo com dados da pesquisa sobre Assistência Médico-Sanitária (AMS/IBGE) de 1999, existiam 1.917 unidades com aproximadamente 132 mil leitos.

O BNDES, em parceria com o Ministério da Saúde, tem atuado por meio do Programa de Fortalecimento e Modernização das Entidades Filantrópicas e Hospitais Estratégicos Integrantes do Sistema Único de Saúde, que financia investimentos em reestruturação institucional, reforma e modernização gerencial, alongamento da dívida bancária, quitação de dívida com fornecedores, recuperação de capital de giro e treinamento. Durante o ano de 2003, foram desembolsados R\$ 86,2 milhões no âmbito do Programa, com um acréscimo de 4,7% em relação ao ano anterior.

### **Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente**

Com recursos do Fundo Social, constituído com um percentual de seus lucros, o BNDES vem apoiando a formação de Redes Locais de Atenção à Criança e ao Adolescente, cujo objetivo central é dar organicidade à política de atenção à criança e ao adolescente, articulando as ações governamentais e as do terceiro setor, bem como os Conselhos de Direitos e os Conselhos Tutelares, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Em 2003, foram atendidos 22 municípios, com desembolsos de R\$ 1,5 milhão.

### **Economia Solidária**

A atuação do BNDES tem como eixo estratégico o combate ao desemprego estrutural gerado por desequilíbrios macroeconômicos e precarização das formas de trabalho, através de programas e ações que visam fortalecer as formas de cooperação e solidariedade que se revelem como alternativas para criação e/ou manutenção de postos de trabalho decentes, especialmente no que se refere ao apoio às cooperativas, aos empreendimentos de autogestão e ao microcrédito.

### **Autogestão**

O BNDES procura estabelecer parcerias com as principais instituições públicas e privadas voltadas para a economia solidária, destacando-se a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



A parceria com a Senaes, a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão (Anteag), a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF) visa à elaboração de um "Plano de Ação Nacional para Empresas de Autogestão" e à construção de propostas em relação a temas como "marco legal", financiamento, qualificação profissional e Lei de Falências.

### Microcrédito

A partir de uma avaliação da atuação do BNDES no âmbito do microcrédito, foi alterada a estratégia do Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP), que objetivava a auto-sustentabilidade das instituições, prioritariamente as organizações não-governamentais (ONGs), as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs) e as sociedades de crédito ao microempreendedor (SCMs), pois verificou-se que um grande número de microempreendedores ainda permanecia sem acesso a serviços financeiros. As ONGs, OSCIPs e SCMs, apesar do notório progresso, não demonstraram ser os instrumentos suficientes para conquistar a escala necessária e demandada pela sociedade brasileira.<sup>2</sup>

O Programa de Microcrédito, que passou a priorizar a realização de operações de maior escala, a ampliação do leque de instituições elegíveis e a redução dos custos para o tomador final, contemplará projetos cujas propostas de atuação estejam assentadas na estratégia de articulação entre diferentes setores da sociedade civil organizada e do setor público, visando à complementaridade e integração das ações e, em consequência, à otimização no uso dos recursos, financeiros ou outros, evitando a superposição de esforços.

Objetivando ampliar ainda mais a oferta, o Programa de Microcrédito admite outras instituições como agentes repassadores de microcrédito: municípios, OSCIPs, sindicatos, instituições financeiras públicas, agências de fomento, cooperativas de crédito, SCMs e bancos comerciais, que resgatem a perspectiva de política pública de desenvolvimento regional e municipal.

A partir de 24 de julho de 2003, com o Programa reformulado, tem-se:

- em fase de enquadramento: projetos do Banco do Estado do Sergipe (Banese) e da Agência de Fomento do Rio Grande do Sul (Caixa-RS), demandando recursos da ordem de R\$ 23 milhões; e
- consultas recebidas: cerca de 30, de agentes públicos e privados, de todas as regiões do país, destacando-se:
  - governos dos Estados do Amazonas, Pará, Alagoas, Sergipe, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, representados por suas agências de fomento e/ou por fundos públicos constituídos para o microcrédito;
  - prefeituras de São Paulo, Nova Friburgo, Uberlândia e Niterói;
  - cooperativas de crédito, entre elas Cresol, Crehnor, Scoob e Ecosol;
  - Sindicato da Construção Civil de São Paulo, com cerca de 400 mil filiados, e Sindicato dos Ambulantes do ABC; e
  - Caixa Econômica Federal: operação conjunta para atender a programas específicos do governo.

<sup>2</sup> Estimativas apontam que o conjunto dos programas de microcrédito hoje existentes no país atende a menos de 3% de uma demanda potencial de aproximadamente 14 milhões de microempreendimentos. Do lado da oferta – e excluindo-se as cooperativas de crédito –, há no país 121 instituições, atendendo a aproximadamente 160 mil clientes ativos (um pouco acima de 1% da demanda potencial) e aplicando recursos da ordem de R\$ 150 milhões anuais. Tais instituições são constituídas na forma de bancos do povo (estaduais e municipais), OSCIPs, ONGs e SCMs. Inclui-se nesse contexto o crédito operado por instituições de segunda linha como o PCPP/BNDES e o Programa Sebrae. Cabe ressaltar, também, o Programa CrediAmigo, do BNB, e ainda alguns esforços fragmentados de outros bancos públicos federais para operar o microcrédito.

## Desenvolvimento Urbano

A atuação do BNDES visa proporcionar melhores condições à população através da implantação de projetos de modernização da administração tributária e da gestão dos setores sociais básicos, de programas multissetoriais integrados e de transporte urbano.

### Programa de Melhoria da Arrecadação Tributária (Pmat)

O Pmat visa apoiar a modernização da administração tributária e a melhoria da qualidade do gasto público, com o objetivo de aprimorar a gestão financeira, patrimonial e dos setores sociais básicos. Sua situação ao final de 2003 era a seguinte:

Situação	Operações	Valor (R\$ Mil)
Contratadas	57	67.316
Enquadradas	6	16.594
Em Análise	13	71.983
Aprovadas	68	76.357

### Programa Multissetorial Integrado (PMI)

O PMI objetiva realizar um conjunto diversificado de investimentos e ações que, implantados simultaneamente, permitam alterar decisivamente as circunstâncias determinantes da situação de carência e pobreza de determinada área. O PMI foi concebido pela oportunidade de maximizar o impacto de programas e projetos específicos para áreas de baixa renda, ao articular e complementar ações, inclusive as relativas às fontes de financiamentos. Busca-se, assim, maior sinergia, racionalidade e continuidade na aplicação dos recursos públicos para a transformação social.

Os principais projetos do PMI estão aguardando autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para sua contratação, face ao contingenciamento de recursos para o setor público. Sua situação ao final de 2003 era a seguinte:

Situação	Operações	Valor (R\$ Mil)
Em Análise	9	349.657
Aprovadas	5	136.433

### Transporte Urbano

Nas áreas urbanas, o percurso a pé e o uso do ônibus constituem as formas dominantes de deslocamento. Estima-se que haja em operação cerca de 90 mil ônibus, transportando 50 milhões de passageiros por dia. Existem 12 sistemas ferroviários ou metroviários em operação, a maioria em grandes cidades ou regiões metropolitanas, servindo cerca de cinco milhões de passageiros diariamente. Nas cidades de renda média mais alta, como no Sudeste e no Sul do país, o automóvel particular atende a grande parte das viagens motorizadas (50% delas na região metropolitana de São Paulo).

O índice de motorização da população tem crescido constantemente, tendendo, em algumas cidades como Brasília, Florianópolis e São Paulo, à proporção de dois habitantes por veículo, o que sobrecarrega a infra-estrutura e os cofres públicos, incapazes de fazer frente às despesas com expansão e manutenção da malha viária.

O grande desafio é como atender às necessidades de investimento em transporte coletivo frente às restrições impostas pelo contingenciamento dos recursos para o setor público e pela precariedade financeira da maioria de estados e municípios, tendo em vista que o custo de implantação de sistemas de qualidade é elevado.



O BNDES tem apoiado a implantação de sistemas dotados de equipamentos modernos e eficientes que garantam o acesso universal à população, incluindo aqueles que têm dificuldades de locomoção, e sejam capazes de atrair parte da demanda que hoje utiliza o transporte individual. Os sistemas devem ser, tanto quanto possível, energética, ambiental e economicamente sustentáveis.

#### Principais Projetos

**Programa Prioritário de Transportes do Município de São Paulo** – Compreende investimentos a cargo do município de São Paulo em infra-estrutura urbana e viária, processo operacional e processos de monitoração e controle. Aos operadores caberá a aquisição dos veículos e do sistema de bilhetagem automática.

**Metrô de São Paulo e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM)** – O BNDES apóia o Estado de São Paulo em financiamento que inclui a conclusão da primeira fase da Linha 5 do Metrô, compreendendo a implantação de 9,3 km de vias e seis novas estações, além dos pátios de manobras.

- **Obras Complementares** – Há uma seleção de investimentos complementares a serem realizados pelo Metrô, tendo por objetivo a consolidação da rede metroferroviária.
- **Obras Paralisadas** – O projeto teve por objetivo a conclusão de obras à época (1996) paralisadas do Metrô, compreendendo investimentos nas extensões Norte, Oeste e Leste, na modernização do Centro de Controle Operacional, na execução de pesquisa origem-destino de viagens na região metropolitana de São Paulo e na aquisição de material rodante e outros equipamentos.

**Plano Quinquenal de Material Rodante (PQMR)** – Essa fase refere-se à conclusão da recuperação e modernização de nove trens-unidade elétricos, que irão complementar a frota da CPTM.

**Projeto Leste** – Compreende investimentos para a consolidação do Projeto Leste da CPTM, incluindo a recapacitação da Linha E (Leste-Tronco) e a realização de investimentos complementares.



**Metrô do Rio de Janeiro** – Os principais objetivos são: a) conclusão do Programa de Recuperação Operacional; b) extensão da Linha 1 até a Estação Siqueira Campos, em Copacabana; e c) realização de pesquisa origem-destino dos passageiros. O projeto, quando concluído, permitirá a expansão da Linha 1, propiciando atendimento a cerca de 75 mil passageiros/dia adicionais.

### Saneamento Básico

Segundo levantamentos recentes publicados pelo Ministério das Cidades (*Dimensionamento das necessidades de investimentos para a universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários no Brasil*), o país necessita investir até 2020 aproximadamente R\$ 178 bilhões para universalizar os serviços de saneamento, o que corresponde a uma média de R\$ 10,5 bilhões anuais. O poder público, porém, dispõe de recursos orçamentários limitados para cumprir essa tarefa. Uma alternativa possível seria buscar parcerias junto ao setor privado, o que é dificultado pela falta de um marco regulatório claro que dê ao setor privado a segurança necessária para realizar os investimentos.

A criação do marco regulatório encontra-se em discussão, coordenada pelo Ministério das Cidades. A clara definição desse ponto poderá levar ao retorno dos investimentos públicos e privados no setor.

Os níveis de atendimento urbano com água e esgotos dos prestadores de serviços (Diagnóstico 2002 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), segundo a abrangência, estão relacionados a seguir:

Abrangência	Índice de Atendimento Urbano		
	Água	Esgotos	Tratamentos de Esgoto Gerados
Regional	90,4	38,6	31,6
Microrregional	97,4	6,3	6,3
Local	96,7	76,2	18,1
<b>Brasil</b>	<b>91,7</b>	<b>50,4</b>	<b>27,3</b>

■ 49

Esses valores têm impacto negativo na qualidade ambiental de muitas bacias urbanas, concorrendo para a exposição da população a doenças relacionadas direta e indiretamente com a poluição. De maneira geral, existe uma grande lacuna nos níveis de cobertura dos serviços de saneamento no Brasil entre todas as regiões e, mais acentuadamente, entre as populações de baixa e alta rendas.

### Evolução dos Serviços de Água e Esgotos no Brasil – 1960/2000 (Em %)

Indicadores	1960	1970	1980	1990	2000
Abastecimento de Água					
Domicílios Urbanos (Rede Geral)	41,8	60,5	79,2	86,3	89,8
Domicílios Rurais (Rede Geral)	1,3	2,6	5,0	9,3	18,1
Esgotamento Sanitário					
Domicílios Urbanos (Rede de Coleta)	26,0	22,2	37,0	47,9	56,0
Domicílios Urbanos (Rede + Fossas Sépticas)	19,6	25,3	22,9	20,9	16,0
Domicílios Rurais (Rede de Coleta)	0,3	0,4	1,4	3,7	3,3
Domicílios Rurais (Rede + Fossas Sépticas)	2,6	3,2	7,2	14,4	9,6

Fontes: IBGE, Censos Demográficos de 1970, 1980, 1990 e 2000.

O percentual médio de cobertura com abastecimento de água à população urbana é relativamente elevado, apresentando saltos apreciáveis desde 1960, com acréscimo de 106 milhões de habitantes urbanos no período. Isso indica que, em quatro décadas, cerca de 114 milhões de novos usuários passaram a ser atendidos por sistemas públicos de abastecimento de água no Brasil.

Considerando-se o período 1999/2002, a quantidade total de ligações ativas de água aumentou de 25,6 milhões para 28,9 milhões, ou seja, cerca de 12,5%. Essa evolução do valor total é muito influenciada pela região Sudeste, em função de corresponder a aproximadamente 48% do total, embora a maior taxa de crescimento tenha ocorrido na região Centro-Oeste (33%).

Atualmente, o setor de saneamento brasileiro pode ser bem retratado pelos dados a seguir, obtidos da *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000* (PNSB) e do *Censo Demográfico 2000*, ambos do IBGE:

Grandes Regiões	População Atendida (%)	
	Rede de Esgoto Sanitário	Rede de Abastecimento de Água
Norte	51,9	2,8
Nordeste	63,9	17,7
Centro-Oeste	77,9	33,1
Sudeste	84,6	63,6
Sul	80,3	26,1
<b>Brasil</b>	<b>76,1</b>	<b>40,0</b>

O BNDES vem estimulando projetos que visam à recuperação de áreas degradadas, dentre os quais se incluem o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e a despoluição das bacias dos rios Paraíba do Sul e Piracicaba, além de atuar também no estímulo aos projetos de destinação final de resíduos sólidos, visando à implantação de aterros sanitários em substituição aos "lixões" e outros destinos inadequados aos resíduos sólidos urbanos atualmente existentes.

O BNDES é o gestor do Fundo para o Desenvolvimento Regional (FDR), que contempla projetos em áreas carentes em 298 municípios de nove estados (Pará, Maranhão, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Tocantins e Mato Grosso do Sul), para os quais foram liberados, em 2003, R\$ 38,5 milhões.

Os desembolsos para projetos de saneamento ambiental foram da ordem de R\$ 207 milhões.

**Estado do Ceará** – Programa de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (Progerih), projeto financiado pelo Banco Mundial, no qual o BNDES financia a contrapartida do Estado do Ceará, contempla a construção de açudes e adutoras e terá significativo impacto e abrangência, beneficiando 86 municípios do estado.

**Companhia de Saneamento de São Paulo S.A. (Sabesp)** – 2ª Etapa do Programa de Despoluição do Tietê, co-financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, contempla a recuperação ambiental do rio Tietê mediante investimentos em coleta e tratamento de esgotos, tendo como área de abrangência a região metropolitana de São Paulo, composta de 39 municípios.

**Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)** – Implantação do Programa de Saneamento Ambiental do Paraná (Paranasan), co-financiado pelo JBIC, constitui a primeira operação de debêntures realizada pelo BNDES no setor de saneamento, com a participação de agentes financeiros.

**Águas de Niterói** – Implantação do sistema de tratamento de esgotos para o município de Niterói (Rio de Janeiro), que visa elevar o índice de tratamento de 34% para 75%, destacando-se nesse projeto a Estação de Tratamento de Esgotos de Itaipu, a segunda a dispor de tratamento terciário na cidade.

## Desenvolvimento Regional

Em 2003, o BNDES atuou na busca de alternativas, sobretudo voltadas para as regiões Norte e Nordeste, que possam contribuir exemplarmente para a constituição de políticas e/ou operações de impacto regional ou sub-regional. Destacam-se, a seguir, as principais:

**Calha Norte** – Firmado convênio de cooperação técnico-financeira pelo qual o BNDES destinará R\$ 12 milhões para apoio a atividades do Programa Calha Norte relacionadas a iniciativas para implementação de projetos que melhorem as condições de saúde, educação, saneamento básico, preservação do meio ambiente, infra-estrutura de transporte, energia e outros investimentos necessários ao desenvolvimento socioeconômico da região.

O Programa Calha Norte foi criado em 1985 pelo governo federal com o objetivo de aumentar a presença do poder público numa região que abrange 74 municípios, nos Estados do Amazonas, Pará, Amapá e Roraima. A área, que conta com 7.400 km de fronteira separando o Brasil de países vizinhos, é caracterizada por baixíssima densidade demográfica e sérios problemas de saneamento básico e de distribuição de renda, sendo ainda escasso o aproveitamento dos seus recursos naturais e humanos. Vinculado ao Ministério da Defesa, em seus 18 anos de existência foi responsável pela construção e manutenção de rodovias, escolas, creches, portos, hospitais, serviços de abastecimento de água, eletrificação e centros profissionalizantes, entre outros benefícios.

**Programa Federal de Segurança Alimentar e Nutricional** – O BNDES firmou com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Mesa) convênio no valor de R\$ 2 milhões para apoio a projetos no âmbito do Programa Fome Zero.

**Ferrovia Transnordestina** – Pelo Decreto de 11 de junho de 2003, foi instituído grupo de trabalho interministerial “encarregado de analisar e elaborar proposta para a conclusão da Ferrovia Transnordestina”, do qual o BNDES participa. A ferrovia é de alta importância estratégica para o desenvolvimento regional e se insere no projeto de construção de uma ampla malha multimodal na região, uma vez que prevê a sua integração com a Hidrovia do São Francisco, a complementação de lacunas existentes nessa rede e a conexão com os portos de Suape (Pernambuco), Pecém (Ceará), Aratu (Bahia) e Salvador (Bahia).

**Biodiesel** – Acompanhamento dos trabalhos do grupo interministerial criado em 2 de julho de 2003 encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização do óleo vegetal como fonte alternativa de energia na forma de biodiesel. A partir daí o interesse do BNDES centrou-se nas oportunidades oferecidas pela mamona e pelo dendê.

**Carcinicultura** – Elaborado estudo sobre a carcinicultura brasileira com o objetivo de identificar obstáculos, riscos e necessidades para garantir a sua competitividade no longo prazo e a formulação de estratégia de atuação para o setor, voltada principalmente para o apoio a pequenos e médios produtores.

**Desenvolvimento Sustentável** – Dada continuidade ao apoio do BNDES ao Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre, que objetiva dotar a região de adequada infra-estrutura urbana e rural, especialmente de transporte e comunicação, possibilitando promover o desenvolvimento sustentável da economia local com base nos recursos florestais.

### Agricultura Familiar

Foi aprovado o projeto de consolidação da agricultura familiar na Amazônia, através de contrato com a Fundação Viver Preservar Produzir (FVPP), que é importante não só pela prioridade à produção familiar, mas especialmente pelo papel estruturador e inovador que assume na região amazônica, ao utilizar técnicas conservacionistas e de alta produtividade. O investimento total é de R\$ 11,5 milhões, participando o BNDES com R\$ 7,1 milhões.





**Projeto do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária (Sistema Cresol)** – Iniciativa das organizações dos próprios agricultores, que vislumbraram uma perspectiva de fortalecimento da agricultura familiar a partir da disponibilização de serviços creditícios, aos quais não tinham acesso historicamente. Sua atuação tem viabilizado o repasse de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo que na operação realizada em 2003 foram atendidos cerca de 20 mil agricultores associados, que receberam R\$ 20 milhões para investimento em suas pequenas propriedades.

### **Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)**

O apoio do BNDES às MPMEs foi da ordem de R\$ 10 bilhões, cerca de 30% do total de recursos desembolsados em 2003, distribuídos em 96.486 operações, apresentando crescimento de 20,2% em relação ao ano anterior. Deve-se destacar que esse montante representa o maior volume de recursos no histórico de apoio às MPMEs, crescimento que reflete as ações do BNDES ao longo dos últimos anos no sentido de ampliar o apoio às MPMEs e ao setor agrícola.

O Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), lançado em março de 2000, continuou a ser o principal responsável pelo bom desempenho dos desembolsos destinados ao setor agrícola, que em 2003 representaram 62%.

### **Arranjos Produtivos Locais (APLs)**

Está em desenvolvimento um programa específico de apoio a APLs, tendo sido estudados, ao longo de 2003, APLs de calçados, têxtil, moda íntima e móveis, entre outros, objetivando o adensamento da cadeia produtiva por meio do fortalecimento de determinados segmentos de MPMEs que apresentam vantagens competitivas.

## Cartão BNDES

Objetivando ampliar as possibilidades para que MPMEs tenham acesso a crédito rápido e barato, foi colocado em operação o Cartão BNDES, um instrumento de crédito rápido e sem burocracia, criado especificamente para apoiar essas empresas de menor porte, oferecendo crédito rotativo de até R\$ 50 mil. Foram emitidos 2.160 cartões em 2003, com um montante de R\$ 44,4 milhões de créditos concedidos, atingindo a média de R\$ 20,5 mil por cartão.

Utilizando o ícone do Cartão, disponibilizado no Portal do BNDES, as empresas fornecedoras apresentam seus catálogos de produtos e as compradoras podem acessar informações, solicitar dados complementares, simular condições de financiamento e adquirir os bens de seu interesse. Ao final de 2003, o Portal contava com 234 empresas ofertando 4.040 produtos.

## Linhas de Apoio Financeiro

Atuando por meio de uma rede de instituições financeiras credenciadas, representando mais de 16 mil agências, presentes na maioria dos municípios brasileiros, o BNDES pode financiar empreendimentos em todo o território nacional, em condições de custo e prazos adequados.

**FINAME** – Financiamento à aquisição de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, voltado para o mercado interno.

**FINAME Leasing** – Apoio à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais pelas empresas de *leasing*, destinados ao arrendamento mercantil no mercado interno.

**FINAME Agrícola** – Apoio financeiro para a comercialização de máquinas e equipamentos adquiridos por empresas e pessoas físicas efetivamente atuantes no setor agropecuário.

**BNDES Automático** – Apoio a projetos com financiamentos de até R\$ 10 milhões, incluindo-se máquinas, equipamentos e capital de giro associados aos projetos, para todos os setores da economia.

**Programas Agrícolas do Governo Federal** – Financiamento a investimentos do setor agropecuário, com taxas fixas, estando reunidos sob esse título os programas do governo federal Moderfrota, Moderagro, Moderinfra, Prodeagro, Prodecoop, Prodefruta, Propflora, Proleite e Pronaf.

**Cartão de Crédito** – Como mencionado acima, o Cartão BNDES permite ao seu titular o uso automático de uma linha de financiamento pré-aprovada de até R\$ 50 mil, para a aquisição de bens de produção cadastrados no sítio do Cartão disponibilizado no Portal do Banco.

O BNDES vem imprimindo um relacionamento mais estreito com as instituições financeiras credenciadas, considerando suas singularidades e vocações, no sentido de haver mais aderência dos seus parceiros às suas estratégias de atuação como instrumento de promoção do desenvolvimento do país. Ao longo de 2003, foi intensificada sua ação no estabelecimento de limites de crédito às instituições financeiras credenciadas a partir de metas crescentes de alocação de recursos no financiamento a projetos das MPMEs, de modo a ampliar o acesso ao crédito a elas destinado para investimentos.

A Área Operacional, responsável pelas operações com MPMEs, foi reestruturada em 2003, tendo por objetivo aprimorar os mecanismos de controle e acompanhamento das operações financiadas e visando também agilizar o processo de concessão de crédito, reduzir o custo final para as empresas e aumentar o nível de integração entre seus parceiros, instituições financeiras credenciadas e fabricantes, de modo a oferecer um serviço de melhor qualidade.

### **Participação em Fóruns do Governo Federal**

O Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, definido no Estatuto da Micro e Pequena Empresa, é coordenado pelo MDIC e integrado por entidades oficiais e do setor privado do segmento das MPMEs, sendo o BNDES o responsável pela coordenação do setor público, no Comitê de Investimento e Financiamento.

No decorrer de 2003, o BNDES participou também dos Fóruns Permanentes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativos às Cadeias Produtivas de Madeira e Móveis, Couro e Calçados, Têxteis e Confecções, Complexo Eletrônico e Transformados de Plásticos, colaborando ainda em diversos grupos técnicos, divididos por segmentos das cadeias produtivas, destinados à elaboração de projetos executivos para o alcance de metas estabelecidas no diagnóstico de instalação de fóruns.

### **Postos Avançados do BNDES**

Para proporcionar orientação sobre as linhas de crédito oferecidas em entidades de classe, com ênfase no apoio às MPMEs, o BNDES incentiva a implantação de unidades de atendimento, atividade desempenhada por meio de convênios celebrados com as entidades utilizando-se o apoio logístico do Banco. Em 2003, foram assinados três novos convênios, ampliando-se para 45 o número de postos avançados em operação, os quais foram responsáveis por aproximadamente 12 mil atendimentos empresariais.

### **Sistema PAC On-Line**

Entrou em funcionamento em 2002 o Sistema PAC *On-Line*, que permite a tramitação de dados via internet e a operacionalização eletrônica das diferentes linhas de crédito destinadas ao financiamento de máquinas e equipamentos. A expectativa é de que durante o ano de 2004 todas as instituições financeiras credenciadas já estarão processando suas operações via internet, pois, entre outras vantagens, o sistema *on-line* lhes possibilita uma significativa redução de custos.

### **Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC)**

O FGPC tem como objetivo prover recursos para garantir parte do risco de operações realizadas pelo BNDES, diretamente ou através das instituições financeiras credenciadas, com as micro e pequenas empresas e com as médias empresas exportadoras.

Em 2003, foram aprovados R\$ 803 milhões em operações com garantia de risco assumida pelo FGPC, representando queda de 16% em relação a 2002. No que se refere aos desembolsos, os R\$ 831 milhões de 2003 ficaram próximos aos R\$ 841 milhões realizados no ano anterior, tendo sido objeto de garantia 3.469 operações, com decréscimo de 25% em relação a 2002, quando foram garantidas 4.609 operações.



## Operações com Garantia do FGPC – 2002/03

	2002		2003	
	R\$ Milhões	Número de Operações	R\$ Milhões	Número de Operações
Aprovações	953,5	4.308	803,0	3.120
Desembolsos	841,0	4.609	830,9	3.469

Em 2003, 50 instituições financeiras credenciadas realizaram operações garantidas pelo FGPC, destacando-se, em valor, o Banco Santos (R\$ 102,8 milhões) e, em número, o Banco do Brasil (677 operações).

## Instituições Financeiras Credenciadas: Operações com Garantia do FGPC – 2003

Instituição	R\$ Milhões	Número de Operações
Banco Santos	102,8	61
Banco do Brasil	94,4	677
Badesc	80,4	439
BVA	61,3	127
Dibens	55,7	459
BRDE	53,1	270
CEF	49,5	457
Itaú	36,9	62

# desempenho econômico-financeiro

O BNDES encerrou o exercício de 2003 apresentando um resultado positivo de R\$ 1 bilhão, superior em 89% ao obtido em 2002, em reais correntes, o maior já registrado em toda a sua história.

A rentabilidade sobre o patrimônio líquido médio alcançou 8,2%, contra 4,5% em 2002, enquanto o ativo total atingiu R\$ 152,1 bilhões, sendo 80,4% representados pela carteira de financiamentos e repasses. O ativo permanente passou de R\$ 11,2 bilhões em 2002 para R\$ 14,5 bilhões em 2003, destacando-se a aquisição de ações de Valepar no mercado e a operação de conversão de parte dos créditos do Grupo AES em ações da nova empresa Brasileira Energia S.A. Cabe destacar ainda o efeito da valorização do real em relação à moeda norte-americana, resultando em decréscimo na carteira de operações de crédito (financiamentos e repasses) de 2% no período. Assim, a rentabilidade sobre os ativos médios cresceu de 0,42% em 2002 para 0,68% em 2003.

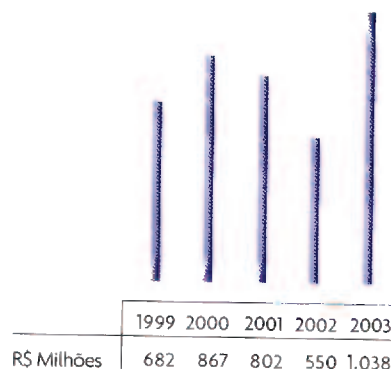
Em termos de estoque, as principais fontes de recursos do BNDES são: o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e o PIS/Pasep, representando 57% do passivo total; a captação externa, com 16,4%; e o patrimônio líquido, com 8,4%.

Em relação ao fluxo, o BNDES atingiu um desembolso recorde de R\$ 33,1 bilhões em 2003 contra R\$ 31,1 bilhões em 2002, excluindo-se os recursos extraordinários no âmbito do Programa Emergencial de Energia (R\$ 2 bilhões) e do FAT Exportação (R\$ 7,1 bilhões). Dos recursos aplicados, R\$ 29,4 bilhões foram provenientes de retorno das aplicações, R\$ 1,5 bilhão de monetização de ativos e R\$ 2,2 bilhões do FAT.

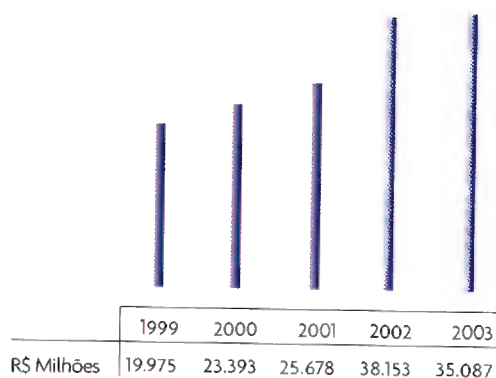
Com relação à estrutura de capital, o BNDES encerra o exercício de 2003 com patrimônio de referência correspondente a 14,3% dos seus ativos ponderados pelo risco, uma situação confortável em relação aos 11% exigidos pelo Banco Central.

Em 2003, o BNDES efetuou pagamentos à União, a título de dividendos e juros sobre o capital próprio, com relação ao resultado do exercício de 2002, no montante de R\$ 606,6 milhões. Além disso, procedeu ao recolhimento de impostos e contribuições no valor de R\$ 799,8 milhões, totalizando um repasse de recursos aos cofres públicos de R\$ 1,4 bilhão.

Lucro Líquido – 1999/2003



Ativo Total – 1999/2003



## Captação Externa junto a Instituições Multilaterais e Bônus

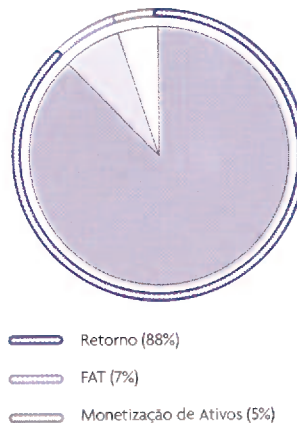
Em 2003, o BNDES concluiu a negociação de operação de US\$ 300 milhões com o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), destinada a financiar investimentos de empresas exportadoras, dos quais US\$ 144,2 milhões foram desembolsados durante o próprio exercício. A operação apresentou características inovadoras, pois não contou com a garantia da União e foi a primeira entre o BNDES e a agência oficial japonesa em dólares norte-americanos.

O BNDES não realizou nenhuma nova operação de emissão de bônus devido às condições desfavoráveis do mercado internacional e à reduzida demanda dos mutuários por financiamentos em moedas estrangeiras.

## Administração do Passivo Financeiro

Em 2003, o BNDES realizou operação de permuta cambial (*swap*) de dívida originalmente emitida em libras italianas, no valor de ITL 300 bilhões (EUR 154,9 milhões), objetivando se proteger de futuras oscilações cambiais dessa moeda, bem como de uma elevação do peso do dólar norte-americano na composição de sua cesta de moedas estrangeiras.

Composição das Fontes de Recursos – 2003





## Demonstrações Contábeis Consolidadas (Em R\$ Milhões)

Balanco Patrimonial	31.12.01	31.12.02	31.12.03
<b>Caixa e Aplicações de Curto Prazo</b>	<b>197</b>	<b>142</b>	<b>14</b>
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>16.362</b>	<b>17.580</b>	<b>16.625</b>
<b>Carteira de Crédito</b>	<b>84.002</b>	<b>119.117</b>	<b>116.961</b>
Operações de Crédito	35.364	64.470	72.981
Repasse Interfinanceiros	41.528	49.723	40.686
Venda a Prazo de Títulos Mobiliários	7.110	4.924	3.294
<b>Ativo Permanente</b>	<b>9.651</b>	<b>11.205</b>	<b>14.534</b>
<b>Outros</b>	<b>2.541</b>	<b>2.914</b>	<b>3.991</b>
<b>Ativo Total</b>	<b>112.754</b>	<b>150.958</b>	<b>152.125</b>
<b>Fontes Domésticas</b>	<b>69.117</b>	<b>84.585</b>	<b>88.805</b>
FMM	-	1.918	2.129
PIS/Pasep	19.895	19.525	20.417
FAT	49.222	63.142	66.259
<b>Recursos Externos</b>	<b>18.971</b>	<b>29.952</b>	<b>24.907</b>
Organismos Multilaterais	7.069	12.985	10.764
Bônus no Exterior	10.973	16.083	14.143
Empréstimos no Exterior	929	884	-
<b>Outras Obrigações no País</b>	<b>12.272</b>	<b>24.071</b>	<b>25.556</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>12.394</b>	<b>12.350</b>	<b>12.857</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>112.754</b>	<b>150.958</b>	<b>152.125</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>31.12.01</b>	<b>31.12.02</b>	<b>31.12.03</b>
Receitas Financeiras	14.012	29.327	7198
Despesas Financeiras	(11.667)	(26.359)	(4.629)
Provisão para Perdas	(1.709)	(2.641)	(1.880)
Receitas de Comissões	341	372	404
Resultado da Carteira de Ações	1.131	1.394	1.152
Despesas Administrativas	(743)	(822)	(938)
Outros	589	669	598
Impostos	(1.152)	(1.390)	(867)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>802</b>	<b>550</b>	<b>1.038</b>

### **Instituição da Ouvidoria**

A eficiência do setor público brasileiro como um direito do cidadão está consagrada na Constituição. Nesse conceito insere-se a Ouvidoria, ligada à Presidência do BNDES e instituída em junho de 2003 com o objetivo de criar um canal condutor de opiniões, reclamações e denúncias, garantindo o princípio da ética, da eficiência e da transparência nas relações do Banco com a sociedade. A iniciativa é uma demonstração do seu engajamento no novo projeto nacional, com o intuito de valorizar o cidadão e viabilizar a inclusão social.

Agindo de forma autônoma, imparcial e sigilosa, a Ouvidoria é a voz do cidadão no BNDES, contribuindo para o aperfeiçoamento do processo democrático. A ela é conferida a tarefa de interpretar as demandas de forma sistêmica, para delas inferir eventuais oportunidades de melhoria dos serviços e, em nome destes, sugerir mudanças. Nesse contexto, foi disponibilizada a página da Ouvidoria no Portal do Banco com um formulário para mensagens por correio eletrônico: o "Fale com a Ouvidoria".

### **Investimento Cultural**

#### **Restauração do Patrimônio Histórico**

Desde 1997, o BNDES vem patrocinando, no âmbito da Lei de Incentivo à Cultura (Lei 8.313/91), projetos de restauração do patrimônio histórico e arquitetônico tombado pela União, com o apoio técnico do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A opção do BNDES pelo restauro levou em consideração a riqueza do acervo nacional e o seu precário estado de conservação. A análise dos projetos considera, principalmente, fatores como a democratização do acesso a bens culturais, sua auto-sustentabilidade, a geração de emprego e a formação de mão-de-obra especializada. Em 2003, foram desembolsados R\$ 10 milhões para 19 projetos, sendo o de maior destaque o da Associação Cultural Arquivo Nacional.

#### **Cinema Nacional**

O apoio à produção cinematográfica, no âmbito da Lei do Audiovisual (Lei 8.685/93), é uma atividade de incentivo à cultura desenvolvida pelo BNDES desde 1995. As categorias apoiadas são filmes de ficção e documentários de longa, média e curta-metragem. No exercício de 2003, foram recebidos 325 projetos, dos quais 158 documentários, tendo sido apoiados 41 (10 de cineastas iniciantes), sendo 27 filmes de ficção e 14 documentários, com investimentos no valor de R\$ 15 milhões.

#### **Espaço BNDES**

Inaugurado há 19 anos, o Espaço BNDES inclui o Projeto "Quintas no BNDES", realizado no Auditório, e as exposições que ocorrem na Galeria. O Espaço, que já faz parte da programação artística da cidade do Rio de Janeiro, como instrumento de interação do Banco com a comunidade, visa à promoção da cultura nacional através do oferecimento de espetáculos e exposições gratuitos e abertos à população. Em 2003, a Galeria realizou sete exposições, que receberam um público de 9.315 pessoas, destacando-se a exposição "Meninas Geraes", com 1.951 visitantes. No Auditório, foram realizadas 37 apresentações, para um público de 12.824 espectadores.

## Prêmio BNDES de Economia

Realizado anualmente desde 1977, o Prêmio BNDES de Economia, que faz parte da estratégia de relacionamento institucional com a comunidade acadêmica, objetiva estimular a pesquisa nos campos da ciência econômica pura e aplicada, relacionando-a aos problemas econômicos nacionais, regionais e setoriais. Em 2002, foram inscritas 55 dissertações provenientes de 21 centros de pós-graduação. Em 2003, foi declarada vencedora a dissertação *Resgates Financeiros, Restrição Orçamentária Fraca e Postura Fiscal nos Estados Brasileiros*, de Marcos de Almeida Rangel, defendida na PUC-RJ.

## Eventos

Objetivam, principalmente, fomentar espaços de reflexão e de discussão com a sociedade sobre temas importantes para o desenvolvimento brasileiro, associados à oportunidade de reforçar a imagem do BNDES como importante articulador de políticas de investimento do país. Durante o ano de 2003, foram realizados 45 eventos, entre seminários, fóruns, encontros e eventos internacionais.

### **Cinema: Desenvolvimento e Mercado**

A publicação, editada pela Aeroplano, faz uma análise retrospectiva e do panorama atual da indústria cinematográfica brasileira, contribuindo para uma reflexão global do setor e para a busca de condições que apressem o caminho da indústria em direção à auto-sustentabilidade. Apresenta ainda a relação de todos os projetos cinematográficos apoiados pelo BNDES.

### **BNDES: 50 Anos de Histórias Setoriais**

O livro, editado pela DBA, reúne a experiência operacional do BNDES e registra o seu significativo apoio aos diversos setores da economia, constituindo-se numa importante publicação para a disseminação do conhecimento setorial.

## Projetos Especiais

Para comemorar o 51º aniversário do BNDES, foi realizado o Projeto "Luz e Som: Largo da Carioca – o Coração do Rio", que ofereceu um espetáculo de luz, som e efeitos especiais, através de projeção nas paredes do Convento de Santo Antônio (Rio de Janeiro) relatando os cinco séculos de história do Largo da Carioca.

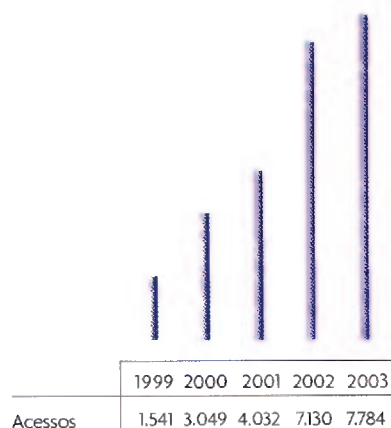
Por meio do Instituto Cultural e Assistencial São Francisco de Assis (Icasfa), o BNDES ofereceu o espetáculo musical e circense "Somos Todos Brasileiros", realizado no Ibirapuera (São Paulo), no Dia Nacional do Portador de Deficiência.

## O BNDES na Internet

O Portal do BNDES na internet ([www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)) tem foco na divulgação institucional e nas diversas linhas de financiamento oferecidas, proporcionando maior aproximação e melhoria no relacionamento do Banco com seus diversos públicos, especialmente com o meio empresarial, e facilitando o acesso às informações para a obtenção de financiamentos.

A quantidade de acessos tem registrado um crescimento constante a cada ano, tendo sido registrados 7,8 milhões de acessos (páginas visitadas) em 2003, cifra 9% superior à do ano anterior.

Acessos ao Portal em Mil Páginas Visitadas  
– 1999/2003





Dos documentos colocados à disposição do público, foi transferido um total de 1,2 milhão ao longo de 2003, com crescimento de 49% em relação ao ano anterior. O destaque foi a página de “Estudos e Publicações”, que representou 72% do total de documentos transferidos.

O correio eletrônico institucional é a porta de entrada para o recebimento de mensagens de todos os assuntos, exceto os relativos à Ouvidoria, ao processamento de operações de Produtos Automáticos, à cobrança, ao credenciamento de equipamentos e aos assuntos fiscais, que têm acessos próprios. Em 2003 foram atendidos 16.216 correios eletrônicos (11.971 em 2002), registrando um crescimento de 36% em relação ao ano anterior. Visando ao melhor atendimento ao usuário, as respostas são enviadas no prazo médio de 24 horas.

### **Políticas Operacionais**

Em 2003, o BNDES reformulou suas Políticas Operacionais para refletir sua nova estratégia de atuação, ajustando-as às diretrizes do governo federal, que enfatiza a busca do desenvolvimento com inclusão social.

### **Departamento de Prioridades**

A criação de unidade específica para aferição do grau de prioridade das solicitações de apoio dirigidas ao BNDES é parte importante da reforma estrutural realizada, com vistas à retomada da visão do desenvolvimento na orientação da alocação dos recursos.

### ***Sinopse Econômica***

Dedicada à análise da conjuntura econômica, a publicação, reformulada, vem se mantendo como a de maior número de acessos através da internet, prestando importante contribuição ao conhecimento da realidade econômica e social do Brasil.

## perspectivas para 2004

O orçamento do BNDES para 2004 estabelece desembolsos da ordem de R\$ 47,3 bilhões, representando um crescimento de 43% em relação a 2003. Para o setor agropecuário é previsto aumento superior a 30%, visando à expansão da produtividade. O financiamento ao setor industrial deverá aumentar em 23%, destacando-se os setores de materiais de transporte, agroindústria, papel e celulose, metalurgia e siderurgia, química e petroquímica.

O crescimento do apoio à infra-estrutura deverá ser superior a 103%, com destaque para energia, cujo total desembolsado deverá passar de R\$ 8 bilhões, e transportes, que chegará a R\$ 5 bilhões. As operações de financiamento ao setor de telecomunicações deverão ser retomadas, com uma previsão de R\$ 1 bilhão de demanda para 2004.

As operações com os setores de educação e saúde deverão crescer perto de 95% em 2004, com a expectativa de que R\$ 658 milhões venham a ser desembolsados para empresas e entidades públicas que operam nesses setores de grande impacto social.

Por sua prioridade, é importante destacar que as ações na área de inclusão social como um todo, abrangendo inversões em saneamento ambiental, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, educação e saúde, deverão receber desembolsos da ordem de R\$ 3,9 bilhões, de acordo com a meta inicial fixada, o que representa incremento de cerca de 95% em relação ao valor de R\$ 2 bilhões alcançado em 2003.

O quadro a seguir apresenta informações comparativas entre os valores realizados do orçamento de 2003 e os previstos para 2004, indicando-se o crescimento das aplicações de recursos nos vários setores da economia brasileira.

## Desembolsos do BNDES, por Setor, Realizados em 2003 e Previstos para 2004 (Em R\$ Milhões)

Setor	Orçamento 2003 (Realizado)	Orçamento 2004 (Demanda)	Varição % (2004/03)
<b>Agropecuária</b>	<b>4.566</b>	<b>5.975</b>	<b>30,9</b>
<b>Indústria</b>	<b>15.978</b>	<b>19.621</b>	<b>22,8</b>
Metalurgia	1.255	1.329	5,9
Mecânica	699	1.014	45,0
Material de Transporte	8.402	7.848	(6,6)
Celulose e Papel	430	1.470	241,8
Química e Petroquímica	1.192	1.774	48,8
Têxtil	392	1.107	182,5
Agroindústria	1.979	3.523	78,0
Outras	1.629	1.555	(4,6)
<b>Infra-Estrutura</b>	<b>8.184</b>	<b>16.680</b>	<b>103,8</b>
Construção	807	1.163	44,1
Energia	3.224	8.022	148,8
Transportes	3.477	4.908	41,2
Telecomunicações	251	1.049	317,7
Outros	425	1.538	261,9
<b>Comércio e Serviços</b>	<b>2.442</b>	<b>4.107</b>	<b>68,2</b>
<b>Educação e Saúde</b>	<b>366</b>	<b>717</b>	<b>95,9</b>
<b>Subtotal</b>	<b>31.535</b>	<b>47.100</b>	<b>49,4</b>
<b>Mercado Secundário</b>	<b>1.554</b>	<b>200</b>	<b>(87,1)</b>
<b>Total</b>	<b>33.089</b>	<b>47.300</b>	<b>42,9</b>

66 ■

Esse programa de desembolsos reafirma a determinação do BNDES de contribuir para a geração de empregos no país. Analisando o impacto desses desembolsos nos diversos setores da economia, de forma direta e indireta, teremos um incremento de aproximadamente três milhões de novos postos de trabalho.

## Estimativa de Ocupações a partir dos Desembolsos do BNDES em 2004 (Em Milhares)

	Empregos Diretos	Empregos Indiretos	Empregos Efeito-Renda	Total de Empregos
<b>Empregos Efetivos</b>				
Sistema BNDES	540,9	514,3	1.149,7	2.204,9
Participação Privada	384,1	183,7	579,2	1.147,1
<b>Total</b>	<b>925,0</b>	<b>698,1</b>	<b>1.728,9</b>	<b>3.352,0</b>
<b>Empregos Potenciais</b>				
Sistema BNDES	865,3	321,9	693,2	1.880,4
Participação Privada	317,8	248,8	501,6	1.068,2
<b>Total</b>	<b>1.183,1</b>	<b>570,7</b>	<b>1.194,8</b>	<b>2.948,6</b>



**Hipóteses Consideradas:**

Modelo de Geração de Emprego atualizado em fevereiro de 2004, incluindo ocupações no mercado formal e informal:

---

<b>Desembolsos do BNDES</b>	<b>47,3 bilhões</b>
<b>Investimento Total (BNDES + Empresários)</b>	<b>72,0 bilhões</b>

---

**Empregos efetivos:** pessoal ocupado no curto prazo nos setores que expandem produção e nos setores que produzem bens de investimento (máquinas, construção civil).

**Empregos potenciais:** pessoal ocupado no médio e longo prazo nos setores que já finalizaram a fase de investimento financiada pelo BNDES.

# anexos

**BNDES: Desembolsos segundo as Grandes Regiões – 1999/2003 (Em R\$ Mil)**

Grandes Regiões	1999		2000		2001		2002		2003	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Norte	460.453	3	930.185	4	859.696	3	1.880.842	5	712.056	2
Nordeste	1.654.109	9	2.783.085	12	3.334.224	13	3.783.724	10	3.112.239	9
Sudeste	10.917.457	60	13.008.061	56	14.493.742	57	23.073.648	62	20.036.124	60
Sul	3.824.297	21	4.260.645	18	4.825.463	19	6.091.783	16	6.841.930	20
Centro-Oeste	1.195.197	7	2.063.854	9	1.703.399	7	2.589.274	7	2.831.241	8
<b>Brasil</b>	<b>18.051.514</b>	<b>100</b>	<b>23.045.831</b>	<b>100</b>	<b>25.216.525</b>	<b>100</b>	<b>37.419.272</b>	<b>100</b>	<b>33.533.589</b>	<b>100</b>

**BNDES: Desembolsos segundo os Ramos de Atividade – 1999/2003 (Em R\$ Mil)**

Ramos de Atividade	1999		2000		2001		2002		2003	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Agropecuária	1.286.607	7	1.907.980	8	2.761.982	11	4.508.932	12	4.595.026	14
Indústria Extrativa	258.471	1	120.851	1	396.275	2	250.299	1	157.322	0
Indústria de Transformação	8.165.536	45	10.282.133	45	12.760.322	51	17.177.733	46	15.937.417	48
Comércio e Serviços	8.340.900	46	10.734.867	47	9.297.946	37	15.482.308	41	12.843.823	38
<b>Total</b>	<b>18.051.514</b>	<b>100</b>	<b>23.045.831</b>	<b>100</b>	<b>25.216.525</b>	<b>100</b>	<b>37.419.272</b>	<b>100</b>	<b>33.533.589</b>	<b>100</b>

## BNDES: Desembolsos segundo os Ramos e Gêneros de Atividade – 2002/03 (Em R\$ Mil)

Ramos e Gêneros de Atividade	BNDES		Total	Total	Variação (%)
	Diretas	Indiretas	2003	2002	
Agropecuária	144.953	4.450.073	4.595.026	4.508.932	2
Indústria Extrativa	52.200	105.122	157.322	250.299	(37)
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>7.803.610</b>	<b>8.133.807</b>	<b>15.937.417</b>	<b>17.177.733</b>	<b>(7)</b>
Produtos Alimentícios e Bebidas	225.143	1.756.340	1.981.483	2.327.694	(15)
Produtos do Fumo	0	30.691	30.691	2.589	1.085
Produtos Têxteis	69.092	324.910	394.001	337.777	17
Confecção, Vestuário e Acessórios	152	59.249	59.401	21.601	175
Couro e Artefatos	9.906	379.765	389.670	295.008	32
Produtos de Madeira	30.874	227.110	257.984	236.452	9
Produtos de Celulose e Papel	280.445	149.598	430.043	1.272.634	(66)
Edição, Impressão e Reprodução	33	29.887	29.921	38.203	(22)
Refino de Petróleo, Coque e Álcool	0	47.621	47.621	183.302	(74)
Produtos Químicos	497.728	669.134	1.166.862	991.498	18
Artigos de Borracha e Plástico	52.553	198.913	251.466	224.221	12
Produtos Minerais Não-Metálicos	30.239	276.186	306.425	238.014	29
Metalurgia Básica	658.788	338.485	997.273	1.019.535	(2)
Produtos de Metal	4.506	254.928	259.434	324.256	(20)
Máquinas e Equipamentos	136.186	378.178	514.364	986.890	(48)
Máquinas de Escritório e Informática	0	964	964	6.492	(85)
Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	106.561	79.040	185.601	166.769	11
Material Eletrônico e de Comunicação	2.599	57.488	60.087	336.108	(82)
Equipamentos Médicos, de Precisão e Automação Industrial	0	9.861	9.861	17.464	(44)
Veículos Automotores	447.838	2.202.788	2.650.626	1.449.568	83
Outros Equipamentos de Transporte	5.248.640	506.489	5.755.129	6.594.105	(13)
Móveis e Indústrias Diversas	1.495	142.319	143.814	99.399	45
Reciclagem	832	13.864	14.696	8.155	80
<b>Comércio e Serviços</b>	<b>7.153.177</b>	<b>5.690.646</b>	<b>12.843.823</b>	<b>15.482.308</b>	<b>(17)</b>
Eletricidade, Gás e Água Quente	4.645.242	520.282	5.165.524	8.852.340	(42)
Captação, Tratamento e Distribuição de Água	32.680	17.382	50.062	15.321	227
Construção	509.190	297.586	806.776	761.092	6
Comércio e Reparação	298.235	1.390.957	1.689.192	1.220.779	38
Alojamento e Alimentação	21.001	51.881	72.883	126.748	(42)
Transporte Terrestre	546.024	2.316.222	2.862.246	2.135.998	34
Transporte Aquaviário	602.859	10.579	613.438	245.289	150
Transporte Aéreo	0	929	929	3.683	(75)
Atividade Anexa do Transporte	88.146	166.633	254.780	292.735	(13)
Correio e Telecomunicação	216.092	35.632	251.724	653.878	(62)
Intermediação Financeira	1.471	108.219	109.691	159.695	(31)
Atividade Imobiliária e Serviço a Empresas	6.478	208.837	215.315	208.855	3
Administração Pública e Seguridade Social	94.914	19.434	114.348	158.569	(28)
Educação	10.643	148.260	158.904	200.874	(21)
Saúde e Serviço Social	20.037	186.975	207.012	209.291	(1)
Outros Serviços Coletivos, Social e Pessoal	60.163	210.837	271.000	237.160	14
Organismos Internacionais	0	0	0	0	-
<b>Total</b>	<b>15.153.940</b>	<b>18.379.648</b>	<b>33.533.589</b>	<b>37.419.272</b>	<b>(10)</b>



## BNDES: Desembolsos segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação\* – 2002/03 (Em R\$ Mil)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	BNDES		Total 2003	Total 2002	Variação (%)
	Diretas	Indiretas			
<b>Norte</b>	<b>288.460</b>	<b>423.596</b>	<b>712.056</b>	<b>1.880.842</b>	<b>(62)</b>
Rondônia	45.478	80.069	125.546	171.892	(27)
Acre	4.672	13.262	17.933	40.886	(56)
Amazonas	22.073	114.401	136.474	324.137	(58)
Roraima	73	1.661	1.735	4.604	(62)
Pará	214.740	136.148	350.887	1.289.670	(73)
Amapá	0	13.936	13.936	7.843	78
Tocantins	1.425	64.120	65.544	41.809	57
<b>Nordeste</b>	<b>1.182.937</b>	<b>1.929.302</b>	<b>3.112.239</b>	<b>3.783.724</b>	<b>(18)</b>
Maranhão	23.188	117.424	140.612	319.665	(56)
Piauí	1.027	58.921	59.947	43.021	39
Ceará	200.655	490.575	691.229	512.550	35
Rio Grande do Norte	49.598	51.021	100.619	222.467	(55)
Paraíba	19.146	33.886	53.032	107.004	(50)
Pernambuco	52.624	272.498	325.122	452.274	(28)
Alagoas	54.438	66.272	120.710	153.348	(21)
Sergipe	228.499	35.942	264.441	65.792	302
Bahia	553.762	802.764	1.356.525	1.907.605	(29)
<b>Sudeste</b>	<b>11.254.713</b>	<b>8.781.412</b>	<b>20.036.124</b>	<b>23.073.648</b>	<b>(13)</b>
Minas Gerais	1.328.297	1.785.004	3.113.301	2.012.440	55
Espírito Santo	100.079	286.881	386.961	873.888	(56)
Rio de Janeiro	2.305.140	1.034.820	3.339.960	4.243.496	(21)
São Paulo	7.521.197	5.674.706	13.195.903	15.943.824	(17)
<b>Sul</b>	<b>1.626.937</b>	<b>5.214.993</b>	<b>6.841.930</b>	<b>6.091.783</b>	<b>12</b>
Paraná	238.631	1.812.930	2.051.560	1.840.135	11
Santa Catarina	833.421	1.223.873	2.057.295	1.698.015	21
Rio Grande do Sul	554.885	2.178.189	2.733.075	2.553.633	7
<b>Centro-Oeste</b>	<b>800.894</b>	<b>2.030.347</b>	<b>2.831.241</b>	<b>2.589.274</b>	<b>9</b>
Mato Grosso do Sul	53.107	335.977	389.084	252.383	54
Mato Grosso	331.724	999.558	1.331.283	926.621	44
Goiás	395.767	596.145	991.911	1.012.001	(2)
Distrito Federal	20.296	98.667	118.963	398.270	(70)
<b>Total</b>	<b>15.153.940</b>	<b>18.379.648</b>	<b>33.533.589</b>	<b>37.419.272</b>	<b>(10)</b>

\* Operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação segundo critérios do BNDES.

**BNDES: Desembolsos por Setor – 2002/03 (Em R\$ Bilhões)**

Setor	2003	2002	Variação (%)
Agropecuária	4,60	4,51	2
Indústria	16,09	17,43	-8
Infra-Estrutura	10,01	12,96	-23
Comércio e Serviços	2,47	2,11	17
Educação e Saúde	0,37	0,41	-11
<b>Subtotal</b>	<b>33,53</b>	<b>37,42</b>	<b>-10</b>
Operações de Mercado Secundário	1,55	0,73	112
<b>Total</b>	<b>35,09</b>	<b>38,15</b>	<b>-8</b>

**BNDES: Evolução dos Desembolsos – 1993/2003**

Ano	R\$ <sup>a</sup>
1993	9.164.480.522
1994	13.736.147.505
1995	17.484.878.863
1996	21.541.515.802
1997	36.788.015.051
1998	37.824.794.759
1999	31.869.028.904
2000	35.770.568.235
2001	35.718.666.191
2002	46.377.772.451
2003	34.241.814.354

<sup>a</sup>Valores corrigidos pela variação do IGP-DI até dezembro de 2003.

## **Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

## **Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

Luiz Fernando Furlan

## **BNDES**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

#### **Presidente**

Luiz Fernando Furlan

#### **Vice-Presidente**

Carlos Lessa

#### **Conselheiros**

Guido Mantega

Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Eugênio Emílio Staub

João Antônio Felício

João Paulo dos Reis Velloso

João Pedro de Moura

Marcio Fortes de Almeida

Mauricio Borges Lemos

Roberto Timotheo da Costa

#### **Superintendentes**

Ana Maria de Miranda

Cláudio Bernardo Guimarães de Moraes

Ernani Teixeira Torres Filho

João Carlos do Couto Ramos Cavalcanti

José Roberto Correia Soeiro

José Roberto Leal Ferreira Fiorêncio

José Solano Carneiro da Cunha Filho

Mariane Sardenberg Sussekind

Mario Guedes de Mello Neto

Mauricio Serrão Piccinini

Paulo Roberto de Sousa Melo

### **DIRETORIA**

#### **Presidente**

Carlos Lessa

#### **Vice-Presidente**

Darc Antonio da Luz Costa

#### **Diretores**

Fabio Stefano Erber

Luiz Eduardo Melin

Marcio Henrique Monteiro de Castro

#### **Chefe do Gabinete da Presidência**

Cristina Ayoub Riche

#### **Chefe da Auditoria**

Ricardo Frões de Lima

### **CONSELHO FISCAL**

Joaquim Vieira Ferreira Levy

José Fernando Monteiro Alves

Alessandro Golombiewski Teixeira

EDITADO PELO GABINETE DA PRESIDÊNCIA – DEPARTAMENTO DE  
COMUNICAÇÃO E CULTURA

**Projeto Gráfico**

DPZ

**Revisão**

Imprimatur – Prosa & Verso

**Fotografia**

Getty Images, Keystone, AGB Opção e Mário Batista

Rio de Janeiro – 2004

**BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Av. República do Chile, 100  
CEP 20031-917 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (21) 2277 7447/3088 7447  
Fax: (21) 2240 3862

**Escritórios**

**Brasília**

Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco J/13º andar  
CEP 70076-900 – Brasília – DF  
Tel.: (61) 214 5600 – Fax: (61) 225 5510

**São Paulo**

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 510/5º andar  
Vila Nova Conceição – CEP 04543-906  
São Paulo – SP  
Tel.: (11) 3471 5100 – Fax: (11) 3044 9800

**Recife**

Rua Antonio Lumack do Monte, 96/6º andar  
Boa Viagem – CEP 51020-350  
Recife – PE  
Tel.: (81) 3464 5800 – Fax: (81) 3465 7861

**Internet**

[www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br)



Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior





www.bndes.gov.br



O MELHOR DO BRASIL  
É O BRASILEIRO



BANCO DO DESENVOLVIMENTO

Ministério do  
Desenvolvimento, Indústria  
e Comércio Exterior

